UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

JOÃO VITOR SANTOS MELO

Neoliberalismo e revolução:

uma análise da realidade social no século XXI

CAMPINAS
2022

JOÃO VITOR SANTOS MELO

Neoliberalismo e revolução:

uma análise da realidade social no século XXI

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profª. Drª. Adriana Nunes Ferreira

CAMPINAS
2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

M491n

Melo, João Vitor Santos, 2000-
Neoliberalismo e revolução : uma análise da realidade social no século XXI / João Vitor Santos Melo. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Adriana Nunes Ferreira.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Neoliberalismo. 2. Subjetivação. 3. Conflito social. 4. Revoluções. I. Ferreira, Adriana Nunes,1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Neoliberalism and revolution: an analysis of social reality in the 21st century
Palavras-chave em inglês:
Neoliberalism
Subjectivation
Social conflict
Revolutions
Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas
Banca examinadora:
Adriana Nunes Ferreira [Orientador]
José Dari Krein
Luis Renato Vedovato
Data de entrega do trabalho definitivo: 05-12-2022

JOÃO VITOR SANTOS MELO

Neoliberalismo e revolução:

uma análise da realidade social no século XXI

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Data de aprovação: _____ / _____ / ___

Banca Examinadora

_____

Profª. Drª. Adriana Nunes Ferreira – Presidente da banca

Instituto de Economia – IE/UNICAMP

_____

Prof. Dr. José Dari Krein – Docente convidado

Instituto de Economia – IE/UNICAMP

_____

Prof. Dr. Luis Renato Vedovato – Docente convidado

Instituto de Economia – IE/UNICAMP

Ao meu tio Kleiton (in memorian), que a sua força e o seu amor pela vida possam sempre viver dentro dos nossos corações!

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos rememorando uma passagem do meu conto favorito do grandioso João Guimarães Rosa – A Hora e a Vez de Augusto Matraga:

> *"Reze, e trabalhe, fazendo de conta que esta vida é um dia de capina com sol quente, que às vezes custa muito a passar, mas que sempre passa. E você pode ter um muito pedaço bom de alegria (...) cada um tem a sua hora e a sua vez: você há de ter a sua."*

Ao finalizar a graduação no Instituto de Economia, surge um sentimento muito paradoxal: de que a minha hora e a minha vez chegaram. Mas sei que dizer isso, não significa de forma alguma um encerramento, mas sim um começo. Inicio agora um novo ciclo que é me tornar um economista que lute sempre pela justiça social e que acredita que ainda vai viver para ver um Brasil democrático, livre do racismo estrutural, diverso, diplomaticamente forte e acima de tudo, socialmente justo.

Ao entregar esta monografia, eu me torno a primeira pessoa da minha família a entrar e me formar em uma Universidade pública. Esta conquista é fruto de oportunidades e do apoio incondicional da minha família. Nestes breves agradecimentos, espero transmitir alguns décimos do amor e do carinho que todos vocês depositam em mim e que sem ele, essa conquista não seria possível.

Agradeço à minha mãe Kelly que desde que eu nasci me incentivou a estudar e me ensinou que a educação é a única coisa que não me pode ser tirada. Agradeço por toda a resiliência que foi necessária na época dela para que ela se tornasse a primeira mulher da minha família a entrar e se formar em uma universidade. A sua luta deu fruto às minhas inúmeras oportunidades. Mãe, sem seu amor, seus esforços e sua resiliência, eu não chegaria aqui. Seus sacrifícios não foram em vão e esta conquista é tanto minha quanto sua. Muito obrigado!

Agradeço à minha avó Marilene que me ensinou a diferença entre estudo, inteligência e sabedoria e é sem a menor sombra de dúvidas a pessoa mais inteligente e mais sábia que eu já conheci. Vó, muito obrigado por toda a sabedoria que você me transmite todos os dias, sem ela eu não seria quem eu sou. Me lembro quando minha avó me contou que já sonhou em estar em uma universidade, mas esse destino lhe foi negado ao lhe dizerem que mulher não precisava estudar. Vó, hoje seu neto se forma em universidade pública e te garanto que continuarei na luta para que a universidade se torne cada vez mais um lugar para todos.

Agradeço ao meu tio Kleiton (*in memorian*) que torceu por mim durante o meu vestibular e me incentivou a entrar na Unicamp. Infelizmente, meu tio fez sua passagem alguns dias antes de eu receber a aprovação no Instituto, mas sei que sua energia vibrou comigo naquela conquista e também vibra intensamente nesta. Não poderia deixar de agradecê-lo também por ter sido o primeiro homem abertamente gay na minha família a ter enfrentado muitos preconceitos e discriminações para que durante a minha trajetória eu sempre me orgulhasse de quem eu sou. Tio, a sua força está viva dentro de todos nós, temos muito orgulho de você.

Agradeço à minha tia Kátia por todo o amor e carinho que me é depositado todos os dias.

Agradeço a todos os meus professores – do ensino médio e do IE – que estão na vanguarda da luta pela democracia e pela educação. Agradeço especialmente à Adri pela amizade e orientação. Adri, você é e me inspira a ser um economista que luta diariamente pela justiça social – este é um ensinamento para além da sala de aula que vou guardar para sempre.

Agradeço à Amanda, Giovanni e William pela amizade e por estarem sempre ao meu lado.

Agradeço também aos amigos que fiz durante a graduação: Clara, Carol e Lucas por todo o companheirismo durante estes anos.

Agradeço ao Eduardo por todo o amor e companheirismo.

E por fim, agradeço ao Instituto de Economia que foi minha casa durante estes cinco anos. Tenho muito orgulho de ser formado na tradição da Escola de Campinas que foi lar de duas das maiores economistas deste país – Maria da Conceição Tavares e Dilma Rousseff. Trabalho e continuarei a trabalhar para que o legado destas gigantes esteja sempre vivo na luta pela democracia e pela justiça social.

Campinas, 5 de dezembro de 2022

Soyez réalistes, demandez l'impossible

Gritos de protestos do Maio de 68

RESUMO

A presente monografia busca explorar uma definição dinâmica de neoliberalismo através da complementaridade do arcabouço teórico marxista e foucaultiano – as características comuns e principais na análise são as mudanças na racionalidade dos sujeitos, os mecanismos de subjetivação e as mudanças nas correlações de poder presentes na luta de classes. A primeira hipótese é de que as interpretações foucaultianas e marxistas sobre o neoliberalismo não absorvem isoladamente todas as dimensões e mutações nas quais o neoliberalismo se instala. A segunda hipótese é que tais arcabouços teóricos, quando analisados de maneira conjunta, podem se complementar, contribuindo para uma interpretação dinâmica do neoliberalismo. Desta forma, o primeiro objetivo da monografia é investigar nas obras de Pierre Dardot e Christian Laval e David Harvey quais são os principais distanciamentos e similaridades nas interpretações sobre neoliberalismo – se guiando pelos três pilares principais supracitados. O segundo objetivo é isolar tais pilares em cada uma das obras a fim de apresentar a visão de cada autor sobre racionalidade, subjetivação e luta de classes no neoliberalismo. E, por fim, o último objetivo é apresentar as formas alternativas ao neoliberalismo propostas por cada conjunto de autores. A metodologia utilizada no trabalho consiste em endereçar perguntas como qual a definição concreta de neoliberalismo para cada arcabouço teórico e qual a visão de alternativa ao neoliberalismo para cada conjunto de autores para às obras selecionadas.

Palavras-chave: neoliberalismo; racionalidade; subjetivação; conflito social; revolução.

ABSTRACT

The present monograph seeks to explore a dynamic definition of neoliberalism through the complementarity of the Marxist and Foucaultian theoretical framework - the common and main characteristics in the analysis are the changes in the rationality of the subjects, the mechanisms of subjectivation and the changes in the correlations of power present in the struggle of classes. The first hypothesis is that the Foucaultian and Marxist interpretations of neoliberalism, taken in isolation, do not absorb all the dimensions and mutations in which neoliberalism is installed. The second hypothesis is that such theoretical frameworks, when analyzed together, can complement each other, contributing to a dynamic interpretation of neoliberalism. In this way, the first objective of the monograph is to investigate in the works of Pierre Dardot and Christian Laval and David Harvey what are the main differences and similarities in the interpretations of neoliberalism – guided by the three main pillars mentioned above. The second objective is to isolate such pillars in each of the analyzed contributions in order to present each author's view on rationality, subjectivation and class struggle in neoliberalism. And, finally, the last objective is to present the alternative forms to neoliberalism proposed by each set of authors. The methodology used in the work consists of addressing questions such as what is the concrete definition of neoliberalism for each theoretical framework is and what is the vision of an alternative to neoliberalism for each set of authors for the selected works.

Keywords: neoliberalism; rationality; subjectivation; social conflict; revolution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1. O NASCIMENTO DO NEOLIBERALISMO 16

1.1. Introdução 16

1.2. Os Antecedentes do Neoliberalismo 16

1.3. A Fundação Intelectual do Neoliberalismo 20

2. INTERPRETAÇÕES DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA CAPITALISTA E NEOLIBERAL 26

2.1. Introdução 26

2.2. As Interpretações Segundo os Arcabouços Teóricos Marxistas e Foucaultianos 27

2.2.1. O arcabouço teórico foucaultiano: Dardot e Laval 27

2.2.2. O arcabouço teórico marxista: David Harvey 31

2.3. Síntese das aproximações dos arcabouços teóricos foucaultianos e marxistas 36

3. AS PROPOSTAS ALTERNATIVAS AO NEOLIBERALISMO 41

3.1. Introdução 41

3.2. O Manifesto Comunista precisa ser constantemente revisitado 43

3.3. O Comum 50

3.3.1. A interpretação de Dardot e Laval 50

3.3.2. A interpretação de Silvia Federici 53

CONCLUSÕES 57

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 60

INTRODUÇÃO

A história do capitalismo é a história da exploração. Desde os cercamentos que coroaram a propriedade privada até a uberização, o que se verifica é que o sistema capitalista i) tem uma capacidade de adaptação inexorável e ii) que o seu avanço é uma ameaça à existência das próximas gerações.

O capitalismo contemporâneo não é simplesmente "capitalismo", ele é um capitalismo neoliberal. O avanço do sistema capitalista ao longo dos anos, aliado à sua capacidade adaptativa, promoveu mudanças essenciais à sua sobrevivência. Neste sentido, a racionalidade que estava no cerne de seu surgimento não é mais a mesma. No século XX, com as inovações tecnológicas e as profundas mudanças nos padrões de consumo, o capitalismo se reinventa. Com isso, há uma fundação intelectual de uma nova racionalidade a qual é posta em prática no fim do século XX – a racionalidade neoliberal.

Com o avanço do neoliberalismo, seu potencial de destruição da natureza e da sociedade se torna escandalosamente notável. Além disso, o neoliberalismo assume novas formas e dimensões, característica que permite que a razão neoliberal impacte todas as classes, indivíduos e instituições. Por conta desse dinamismo, a interpretação do objeto neoliberal se torna tão desafiadora – não há estática em nenhum aspecto do neoliberalismo.

O neoliberalismo não é um objeto natural, foi forjado no Colóquio de Lippman em 1938 com o intuito de "*abandonar a ideia de que a simples limitação da ação do Estado sobre a sociedade seria suficiente para possibilitar a emergência de uma nova origem econômica liberal"* (MARIUTTI, 2021, p.2). Com o passar dos anos, assim como o próprio capitalismo, o neoliberalismo toma novas formas – transformações em suas diversas dimensões. Desta forma, desde sua intensificação, na década de 70, diversos autores se debruçaram em dissecar esse objeto e expor sua anatomia. A primeira hipótese é que um olhar anatômico, por mais que admita a particularidade de cada dimensão, não oferece uma interpretação dinâmica sobre o neoliberalismo. Para isso, é necessário olhar sobre três características presentes em todos os momentos e dimensões nas quais o neoliberalismo se instaurou – a mudança na racionalidade, os mecanismos de subjetivação e as mudanças nas correlações de poder presentes na luta de classes.

Neste sentido, duas linhas interpretativas se destacam: as que utilizam o arcabouço teórico foucaultiano e as que utilizam o arcabouço teórico marxista. Desta forma, se explora a primeira hipótese de que de maneira isolada, tais interpretações não têm a capacidade de absorver todos os elementos e dimensões necessárias à interpretação do neoliberalismo.

A segunda hipótese, por sua vez, é a de que as interpretações marxistas e foucaultianas sobre neoliberalismo se complementam e têm a capacidade de produzir uma interpretação dinâmica do que é o neoliberalismo. Uma abordagem dinâmica, por sua vez, é uma abordagem que é constantemente revisitada. Ora, se o neoliberalismo é um objeto mutável, sua interpretação precisa necessariamente acompanhar essa movimentação.

Para analisar essas duas hipóteses, seleciona-se autores contemporâneos que bebem da *magnum opus* de Marx e Foucault a fim de interpretar o fenômeno do neoliberalismo. Neste sentido, o conjunto de autores(as) selecionados são: Pierre Dardot e Christian Laval, que representam a interpretação foucaultiana; David Harvey que representa a interpretação marxista e Wendy Brown que inicia uma discussão sobre a necessidade da junção destes dois métodos para interpretar o neoliberalismo e suas diversas facetas. A obra de Brown (2019), portanto, é o ponto de partida metodológico desta monografia.

Wendy Brown conduz seu livro *In the Ruins of Neoliberalism* (2019) admitindo uma interpretação sobre neoliberalismo mutável e que relaciona os arcabouços teóricos foucaultiano e marxista[1]:

> Este livro se baseia tanto na abordagem neomarxista quanto na foucaultiana do neoliberalismo, e também expande ambas para saldar sua negligência mútua do aspecto moral do projeto neoliberal. Não trata essas duas abordagens como opostas ou redutíveis à compreensão materialista versus ideacional do poder e da mudança histórica, mas as emprega por apresentarem diferentes dimensões das transformações neoliberais que têm ocorrido em todo o mundo nas últimas quatro décadas A abordagem neomarxista tende a se concentrar nas instituições, políticas, relações e efeitos econômicos, negligenciando os efeitos de longo alcance do neoliberalismo como forma de governar a razão política e a produção de sujeitos. A abordagem foucaultiana enfoca os princípios que orientam, orquestra e relacionam o Estado, a sociedade e os sujeitos, e acima de tudo, o novo registro de valor e valores do neoliberalismo, mas pouco atenta aos novos e espetaculares poderes do capital global que o neoliberalismo anuncia e edifica. Aquela coloca o neoliberalismo como o que inaugural um novo capítulo do capitalismo e gera novas forças, contradições e crises. Esta revela como governos, sujeitos e subjetividade são transformados pela remodelação neoliberal da razão liberal; considerada o neoliberalismo como revelador de como o capitalismo não é singular e não segue sua própria lógica, mas é sempre organizado por formas de racionalidade política. Ambas as abordagens contribuem para a compreensão das características do neoliberalismo realmente existente e de nossa atual conjuntura. (BROWN, 2020, p.32)[2]

[1] Ainda que a grande maioria das obras utilizadas na monografia já tenham sido traduzidas para o português, optou-se por deixar as versões originais nas notas de rodapé para que o leitor possa interpretar as passagens selecionadas na linguagem original dos autores.

[2] This book draws on both the neo-Marxist and Foucauldian approaches to neoliberalism and also expands both to redress their mutual neglect of the moral side of the neoliberal project. It does not treat the two as opposites or as reducible to material versus ideational understandings of power and historical change, but employs them as featuring different dimensions of the neoliberal transformations taking place around the world in the past four decades. The neo-Marxist approach tends to focus on institutions, policies, economic relations, and effects while neglecting their far reaching effects of neoliberalism as a form of governing political reason and subject production. The Foucauldian approach focuses on the principles orienting, orchestrating and relating state, society, and subjects and above all on neoliberalism heralds and builds. The former cast neoliberalism as ushering in a new chapter of capitalism and generating new forces, contradictions, and crises. The latter reveals governments,

Dito isto, cabe alinhavar os objetivos deste trabalho. O primeiro é a investigação nas obras[3] dos autores selecionados das principais diferenças e similaridades no que tange às suas interpretações sobre o neoliberalismo. O segundo é isolar, nas respetivas interpretações, as suas definições e apresentações dos três conceitos centrais presentes no neoliberalismo e que regem a linha interpretativa desta monografia – as mudanças na racionalidade do sujeito, os mecanismos de subjetivação e as alterações nas correlações de forças da luta de classes. Por fim, o terceiro objetivo é apresentar a visão de cada autor sobre as possíveis alternativas ao neoliberalismo. Neste terceiro momento, dois novos autores são adicionados – Silvia Federici (2019 e 2022) que trabalha o conceito do comum na perspectiva materialista histórica e Fernando Haddad (1998) que empreende o exercício de fazer uma "nova edição" d'O Manifesto Comunista 150 anos depois de sua publicação original.

Postos este ponto de partida metodológico e os objetivos centrais do trabalho, realiza-se a revisão bibliográfica das interpretações sobre neoliberalismo com os arcabouços teóricos foucaultiano e marxista.

A revisão bibliográfica é necessária para interpretar e sintetizar os principais conceitos, assim como se familiarizar com a obra e seus mecanismos interpretativos. Em um segundo momento, a revisão bibliográfica se torna uma leitura investigativa guiada por questionamentos elaborados no procedimento metodológico. Tais questionamentos são endereçados aos autores e visam procurar indícios que possam validar as hipóteses propostas.

Os questionamentos endereçados ao primeiro objetivo – discussão de uma definição dinâmica de neoliberalismo à luz dos arcabouços teóricos marxistas e foucaultianos – são:

Em primeiro lugar: qual a definição concreta de neoliberalismo para cada conjunto de autores? Essa definição engloba a racionalidade, os mecanismos de subjetivação e mudanças nas correlações de força entre as classes sociais?

Em segundo lugar: qual é o mecanismo e as forças mobilizadas para que a adaptação neoliberal esteja fortemente presente? Como é o constante processo de mutação de tal mecanismo?

---

subjects, and subjectivities as transformed by neoliberalism as revealing the extent to which capitalism is not singular and does not run on its own logics, but is always organized by forms of political rationality. Both approaches contribute to understanding the characteristics of actually existing neoliberalism and of the current conjecture. (BROWN, 2019, p. 20-21)

[3] As obras selecionadas são: *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West* (2019) de Wendy Brown, *La Nouvelle Raison du Monde: Essai sur la Société Néolibérale* (2009) de Pierre Dardot e Christian Laval e *A Brief History of Neoliberalism* (2005) de David Harvey.

O terceiro questionamento é sobre quais são as principais aproximações e distanciamentos entre as obras no que tange ao conceito de neoliberalismo e também às suas respectivas interpretações sobre racionalidade, subjetividade e luta de classes.

E o quarto e último questionamento é sobre como cada arcabouço teórico enxerga a finitude do neoliberalismo, através de alternativas ao modo de produção capitalista e ao neoliberalismo.

O trabalho é constituído por três capítulos:

1 A gênese neoliberal

Este capítulo é dedicado a compreender a gênese do objeto de estudo *neoliberalismo* em sua fundação teórica pelos autores neoclássicos. Busca-se explorar os aspectos políticos e históricos que culminaram na fundação intelectual do neoliberalismo n'O Colóquio de Walter Lippman em 1938. É neste capítulo que há uma apresentação do pensamento neoliberal original, para que, nos capítulos subsequentes, o objeto de interpretação e crítica dos autores marxistas e foucaultianos fique bem definido.

2 Interpretações da sociedade capitalista contemporânea e neoliberal

Este capítulo é dedicado a apresentar as interpretações e as definições de neoliberalismo produzidas pelos autores com arcabouço teórico foucaultiano e marxistas. Neste capítulo, são discutidas as principais aproximações e os principais distanciamentos entre estes arcabouços teóricos no que tange a interpretação do neoliberalismo.

3 As interpretações de neoliberalismo à luz de Foucault e Marx

O último capítulo é dedicado a elencar, de acordo com os arcabouços teóricos explorados no desenvolvimento do trabalho, formas alternativas à racionalidade neoliberal, partindo do pressuposto que o capitalismo neoliberal está esgotando paulatinamente os recursos humanos e naturais. Este capítulo não somente apresenta as alternativas propostas pelo conjunto de autores discutidos na monografia, mas também ensaia sobre características nestas propostas de alternativas que podem ser discutidas em conjunto ao visar a finitude de um modo de produção e de uma racionalidade nefasta.

Ao fim dos três capítulos, na conclusão deste trabalho discute-se a necessidade de uma atualização constante sobre as definições de neoliberalismo e quais aspectos devem ser considerados na busca constante pela compreensão deste objeto – mobilizando assim a necessidade de uma interpretação dinâmica do neoliberalismo.

1. O NASCIMENTO DO NEOLIBERALISMO

1.1. Introdução

Neste capítulo será discutida a gênese do neoliberalismo, dividida em duas partes: os antecedentes históricos do neoliberalismo, nomeadamente a crise do liberalismo do século XIX e o Colóquio de Walter Lippmann em 1938 que inicia as discussões sobre a reinvenção do fracassado liberalismo clássico.

1.2. Os Antecedentes do Neoliberalismo

Antes mesmo de adentrar as discussões historiográficas ou etimológicas sobre neoliberalismo, é preciso recapitular brevemente seu grande ancestral: o liberalismo clássico. Essa retrospecção é necessária uma vez que a crise do liberalismo e do *laissez-faire* é o que abre o caminho para o desenvolvimento teórico e político de uma nova forma de governo que olha para este passado fracasso e se reconstrói, alterando importantes estruturas, para que assim, um novo sistema pudesse prosperar e se adaptar aos gargalos do mundo moderno.

O liberalismo clássico surge em um momento completamente distinto do capitalismo neoliberal. Suas principais premissas enraizadas – o direito à propriedade privada, a não intervenção do Estado na economia, os indivíduos dotados de racionalidade e o culto indistinto à Lei de Say – foram importantes mecanismos para pôr um fim nas opressões do *Ancien Régime*:

> O "velho" *Laissez-Faire*, enquanto uma ideologia essencialmente negativa, ajudou a destroçar o Antigo Regime mas não foi capaz de construir nada em seu lugar. Por este motivo ele *contribuiu* para a crise geral do liberalismo que, curiosamente, se precipitou no exato momento em que os fundamentos materiais de uma civilização liberal foram consolidados na Europa e em algumas regiões da América do Norte. (MARIUTTI, 2021, p.7)

O neoliberalismo, por sua vez, também nasce em um momento de crise, porém, os pilares da sociedade já eram embebidos em uma doutrina mercadológica e já estava solta (ou quase) das amarras do absolutismo.

Entretanto, com as tensões imperiais que rondavam o mundo no século XIX, o liberalismo era quase que um jogo de cartas marcadas e com prazo de validade. Além disso, outro fator que contribui para seu fracasso é que, ao contrário do que se imagina no senso

comum e se diz nas aulas de história do colégio, o liberalismo não é e nem nunca foi algo homogêneo. Neste sentido:

> A crise do liberalismo é também uma crise interna, o que é esquecido de bom grado quando se assume a tarefa de fazer a história do liberalismo como se se tratasse de um corpo unificado. A partir de meados do século XIX, o liberalismo expõe linhas de fratura que vão se aprofundando até a Primeira Guerra Mundial e o entreguerras. A tensão entre dois tipos de liberalismo, o dos reformistas sociais que defendem um ideal de bem comum e o dos partidários da liberdade individual como fim absoluto, na realidade nunca cessou. Essa dilaceração que reduz a unidade do liberalismo a um simples mito retroativo constitui propriamente essa longa "crise do liberalismo" que vai dos anos 1880 aos anos 1930 e que pouco a pouco vê a revisão dos dogmas em todos os países industrializados onde os reformistas sociais ganharam terreno. Essa revisão, que às vezes parece conciliar-se com as ideias socialistas sobre a direção da economia, forma o contexto intelectual e político do nascimento do neoliberalismo na primeira metade do século XX. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.37-38)

É importante também ressaltar, como será exposto na próxima seção, que a fundação do neoliberalismo não sanou, de forma alguma, as diferenças teóricas entres os liberais, acima elencadas. Ainda assim, cabe uma breve crítica: os liberais reformistas, ainda que com uma aparência mais escrupulosa que os defensores religiosos das liberdades individuais estão, ainda assim, em um mesmo barco. Com efeito, ainda que com diferenças cruciais em suas teorias, – ou seja, nos meios – o fim parece muito semelhante, que é a tentativa paulatina e incipiente de imposição de um molde social que tome como verdadeiro ou natural a falácia economicista e a economia de mercado.

Uma premissa muito importante que também não tem a força para ultrapassar o século XVIII é a ideia do jusnaturalismo. Ainda que Hobbes no século XVII já questione em parte o jusnaturalismo assumindo que na verdade tal direito natural seria advindo da racionalidade, o jusnaturalismo é base para o nascimento da economia política clássica – simbolizada pela publicação de "A Riqueza das Nações" de Adam Smith em 1776. A quebra com a ideia da naturalidade também é um fator muito importante na crise do liberalismo:

> A referência do "direito natural", portanto, não tem mais o sentido que tinha no jusnaturalismo dos séculos XVII e XVIII. Como vimos, o direito é fundado, a partir de então, tanto nas condições da vida individual como nas condições da vida social, que dependem da mesma necessidade vital. Com respeito a estas últimas, lembramos que é a "experiência das vantagens possíveis da cooperação" que impele os primeiros homens a viver em grupos. (...) A "evolução" testemunha aqui a favor da anterioridade imemorial do direito dos contratos em relação a toda legislação positiva. A missão do Estado é, por isso, estreitamente circunscrita: ele apenas garante a execução de contratos livremente consentidos; não cria de modo alguns novos direitos *ex nihilo*.
>
> A função do liberalismo no passado foi pôr um limite aos poderes dos reis. A função do liberalismo no futuro será limitar o poder de parlamentos submetidos a pressão impaciente das massas incultas. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.49-50)

Desta forma, com a evidente crise do liberalismo, surge a necessidade, por parte dos liberais fracassados, de refundar sua corrente intelectual para que este "objetivo maior" não somente prospere, mas também tenha uma continuada através de sua adaptação à possíveis gargalos que podem surgir com o passar do tempo e com o avanço social e econômico da sociedade capitalista.

É possível identificar que, na verdade, uma das causas endógenas da crise do liberalismo está relacionada ao modelo econômico não ter a capacidade de acompanhar as diversas transformações que ocorrem no mundo com a revolução industrial que não somente revoluciona a forma de se produzir e de trabalhar, mas também a relação entre a sociedade e o tempo:

> O que o liberalismo clássico não incorporou adequadamente foi precisamente o fenômeno da empresa, sua organização, suas formas jurídicas, a concentração de seus recursos, as novas formas de competição. As novas necessidades da produção e de vendas exigiam uma "gestão científica", que mobiliza exércitos industriais enquadrados num modelo hierárquico de tipo militar por pessoal qualificado e dedicado. A empresa moderna, integrando-se múltiplas divisões, gerida por especialistas em organizações, tornaram-se uma realidade que a ciência econômica dominante ainda não conseguia compreender, mas que muitos espíritos menos preocupados com os dogmas, em particular entre os economistas "institucionalistas", começaram a examinar.
>
> O surgimento dos grandes grupos cartelizados marginalizava o capitalismo de pequenas unidades; o desenvolvimento das técnicas de venda debilitava a fé na soberania do consumidor; e os acordos e as práticas dominadoras e manipuladoras dos oligopólios e dos monopólios sobre os preços destruíam as representações de uma concorrência leal, que beneficiava todos. Parte da opinião pública começava a ver os homens de negócios como escroques de alto gabarito, não como heróis do progresso. A democracia política parecia definitivamente comprometida pelos fenômenos maciços de corrupção em todos os escalões da vida política. Os políticos faziam sobretudo o papel de marionetes nas mãos dos que detinham o poder do dinheiro. A "mão visível" dos empresários, dos financistas e dos políticos ligados a eles enfraqueceu formidavelmente a crença na "mão invisível" do mercado. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.40)

Ainda que as imperfeições de mercado se avolumassem, conforme esse capitalismo crescia, as causas da crise do liberalismo não somente se resumiam estritamente a elas. É preciso retomar que no desenvolvimento da indústria e do comércio, a balança comercial representava um fator fundamental para sua existência. Ou seja, não há indústria moderna sem que haja comércio internacional. E é evidente que os liberais pensaram em um modelo que utilizasse o comércio internacional enquanto uma variável para a consecução de seus ideais. Cabe aqui ressaltar a teoria ricardiana que descreve as vantagens comparativas que teriam como produto final um comércio internacional que tende a um certo tipo de equilíbrio, mas que, na prática, não se verificava:

> No plano internacional, o fim do século XIX não se parecia muito com essa grande sociedade universal e pacífica, organizada segundo os princípios racionais da divisão do trabalho, que Ricardo imaginava no início do século. Proteção alfandegária e crescimento dos nacionalismos, imperialismos rivais e crise do sistema monetário internacional apareciam como violações da ordem liberal. Nem parecia mais verdade que o livre-câmbio deveria ser a fórmula da prosperidade universal. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.41)

No plano internacional, então, há uma divisão do mundo entre os países do norte global, exportadores de produtos de alto valor agregado e dos países do sul global, exportadores de matérias primas. Essa relação é evidentemente desigual e rebate em uma das maiores perversidades da modernidade que é o colonialismo. Sem o colonialismo, o desenvolvimento do comércio internacional liberal não seria possibilitado.

E além destas duas causas já descritas, também cabe um olhar para as tensões políticas que rodeavam o mundo desde que as revoluções burguesas alteraram a correlação de forças entre as classes sociais – naquele tempo a aristocracia e a burguesia – e consequentemente, o posicionamento internacional das nações agora fundamentadas e concebidas com os ideias do iluminismo. Portanto, é inegável que as diversas revoluções e tensões internacionais também culminaram em um grande estado de alerta internacional que resultou na Grande Guerra. Nesta temática, é preciso recorrer a historiografia econômica para auxiliar na análise:

> O cerne da análise leninista (que se baseava abertamente em vários autores da época, tanto marxianos quanto não marxianos) era de que as raízes econômicas do novo imperialismo residiam numa nova etapa específica de capitalismo que, entre outras coisas, levava à "divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas", configurando um conjunto de colônias formais e informais e de esferas de influência. As rivalidades entre as potências capitalistas que levaram a essa divisão também gerara a Primeira Guerra Mundial. Não precisamos discutir os mecanismos específicos através dos quais o "capitalismo monopolista" levou ao colonialismo - as opiniões divergem a esse respeito, mesmo entre os marxistas - ou a ampliação mais recente dessa análise numa "teoria da dependência" de alcance mais geral, no fim do século XX. de uma forma ou de outra, todas partem do princípio de que a expansão econômica ultramarina e a exploração do mundo ultramarino foram cruciais para os países capitalistas. (HOBSBAWM, 1988, p.100)

Em resumo, a crise do liberalismo tem diversas causas, sejam elas endógenas, econômicas, políticas ou até mesmo uma grande junção de todos os aspectos que regiam a sociedade pré-neoliberal. O fato é que o conjunto destes fatores resultou em uma guerra mundial e a completa falência do liberalismo. Ou seja, o ambiente para o surgimento do neoliberalismo é o ambiente devastado por crises econômicas sem precedentes e uma sociedade que não somente vive os resquícios da Grande Guerra como também ainda se concentra em um estado de tensão política constante, que só virá a se estabilizar parcialmente após 1947.

1.3. A Fundação Intelectual do Neoliberalismo

Ainda que muitos teóricos atribuam, erroneamente, o surgimento do neoliberalismo ao encontro da *Société du Mont-Pelèrin* (1947), na verdade, seu nascimento é anterior: o surgimento do chamado neoliberalismo atrela-se ao Colóquio de Walter Lippmann, ocorrido em 1938, em Paris. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.71) Desta forma, neste capítulo que tem como objetivo delinear uma introdução ao objeto de estudo, cabe analisar o Colóquio de Lippmann (1938) e não a *Société du Mont-Pelèrin* (1947). Na literatura selecionada nesta monografia, encontram-se algumas menções à *Société du Mont-Pelèrin* (1947) como um evento secundário ao Colóquio de 1938, no qual os liberais se reúnem para discutir as diferenças nas linhagens teóricas que não chegaram em consenso no Colóquio de 1938, também pois, após a 2ª Guerra Mundial, há uma importante alteração na correlação de forças no que tange às relações internacionais. Ainda que essas menções existam, autores como Dardot e Laval (2016), Mariutti (2021) e Brown (2019), não se debruçaram em produzir uma análise completa sobre a *Société du Mont-Pelèrin* (1947) dado que, na verdade, para a análise da gênese do neoliberalismo, o evento de maior importância é o Colóquio de Lippmann de 1938.

O Colóquio reuniu diversos pensadores que marcaram o pensamento liberal como Friedrich Hayek, Jaques Rueff, Raymond Aron, Wilhem Röpke e Alexander von Rüstow. O intuito do colóquio era bem estabelecido e público: reconstruir a doutrina liberal. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.71-73) A falência do *laissez-faire* se dera no fim do século XIX e com isso, surgem novas formas de se pensar o liberalismo, e o Colóquio acaba por reunir os pensadores liberais da época que, desde a crise do liberalismo, já organizavam teorias e pensamentos voltados para uma nova política econômica. evento coloca as novas correntes em discussão e faz uma tentativa de sintetizar um novo modelo liberal.

Ainda que hoje, as análises demonstram não somente a importância do Colóquio de Lippmann para a gênese do neoliberalismo, mas também pelo consenso em sua característica mais nefasta – a adaptação – quando os liberais se reuniram em 1938 este objetivo não estava completamente definido:

> O colóquio de 1938 revelou discordâncias que, desde o princípio, dividiram os intelectuais que reivindicavam para si o neoliberalismo. Aliás, ele mostra bem as divergências que, após a Segunda Guerra Mundial, continuarão a agir de forma cada vez mais patente. Essas divergências são de vários tipos e não devem ser confundidas. O Colóquio Walter Lippmann mostra, em primeiro lugar, que a exigência comum de reconstrução do liberalismo ainda não permite, em 1938, distinguir completamente as tendências do "novo liberalismo" e as do "neoliberalismo". (...)

> Todavia, o "novo liberalismo" não é o principal eixo do colóquio, que é muito mais o momento em que é decantado um modo diferente de reconstrução, que terá em comum com o "novo liberalismo" a aceitação da intervenção, mas tentará dar a ela uma nova definição e, por conseguinte, novos limites. Outras divergências dizem respeito ao próprio sentido desse "neoliberalismo" que se deseja construir: trata-se de transformar o liberalismo, dando-lhe um novo fundamento, ou ressuscitar o liberalismo clássico, isto é, operar um "retorno ao verdadeiro liberalismo" contra os desvios e a heresias que o perverteram? Em face dos inimigos comuns (o coletivismo e suas formas comunistas e fascistas, mas também as tendências intelectuais e as correntes políticas reformistas que supostamente levavam a ele nos países ocidentais, a começar pelo keynesianismo), essas divergências vão parecer secundárias, sobretudo quando vistas de fora. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.72-73)

O papel do Estado é uma grande discussão. A crise do liberalismo revelou os gargalos da defesa de um Estado mínimo. Ora, se o Estado não garante minimamente as condições de sobrevivência de uma parcela da população, essa parcela tende a deixar de ser mercado consumidor, reduzir a força laboral e causar revoltas. Desta forma, há uma guinada que coloca a ação do Estado não puramente mínima, mas mínima enquanto garante algum tipo de seguridade social que promova sobrevivência dos detentores da força de trabalho, mas, ainda assim, garanta as condições de exploração da mão-de-obra pelo mercado.

Cabe ainda aqui fazer um parêntese para resgatar a relação entre Estado e mercado que também foi um dos agravantes da crise do *laissez-faire*. Karl Polanyi em *A grande Transformação* (1944) traz de maneira brilhante a importância dessa relação para o capitalismo:

> A questão da natureza da intervenção governamental deve ser distinguida da questão das fronteiras entre o Estado e o mercado. Essa distinção permite aprender melhor um problema apresentado em *A grande transformação,* livro em que Karl Polanyi afirma que o Estado liberal conduziu uma dupla ação com sentidos contrários no século XIX. De um lado, agiu em favor da criação de mecanismos de mercado e, de outro, implantou mecanismos que o limitaram: de um lado, apoiou o "movimento" na direção da sociedade de mercado e, de outro, levou em consideração e reforçou o "contramovimento" de resistência da sociedade aos mecanismos de mercado.
>
> (...) é necessário que a natureza e o trabalho se tornem mercadorias, que as relações que o homem mantém com seus semelhantes e com a natureza tomem a forma da relação mercantil. Para que a sociedade inteira se organize de acordo com a ficção da mercadoria, para que se constitua como uma grande máquina de produção e troca, a intervenção do Estado é indispensável, não apenas no plano legislativo, para fixar o direito de propriedade e contrato, mas também no plano administrativo, para instaurar nas relações sociais regras múltiplas necessárias ao funcionamento do mercado concorrencial e fazem com que sejam respeitadas. (DARDOT; LAVAL; 2016, p. 63-64)

Portanto, fica evidente que há uma relação forte entre Estado e mercado, mas que a correlação entre essas forças é posta em xeque sempre que os gargalos e desequilíbrios[4] atingem

[4] Os desequilíbrios não são vistos como algo natural, muito pelo contrário, são resultados das mais nefastas características capitalismo (em suas diversas fases) que arquitetam a desigualdade e a exploração.

a sociedade capitalista. Desta forma, é evidente que, ainda que divergências em linhas teóricas existissem entre os participantes do Colóquio, havia uma necessidade de se atacar as "feridas abertas" deixadas de herança do fracasso do *laissez-faire* e portanto, colocar as relações institucionais no holofote agora não era mais simplesmente uma linhagem teórica mas sim uma necessidade para se atingir o objetivo de refundar o liberalismo, garantido que nesta segunda tentativa, o modelo político-econômico e social de fato se enraizasse e permanecesse no capitalismo do século XX (e os séculos seguintes).

Entretanto, teóricos como Mises e Hayek ainda mantiveram posições ferrenhas contrárias a qualquer política intervencionista que caminhe para um Estado de bem-estar social. (MARIUTTI, 2021, p.2) Há uma recusa em discutir o papel do Estado para além do "Estado deve ser mínimo e não intervencionista". Ainda assim, há um consenso de que a simples política econômica liberal – seja ela minimamente intervencionista ou não – não seria suficiente para forjar um novo liberalismo que perdurasse para além do que foi a experiência do liberalismo clássico:

> O fato curioso é que a posição de Walter Lippmann sempre esteve muito mais próxima do "liberalismo social" - mesmo levando em conta as suas pesadas críticas ao *New Deal* - do que das posições de Von Mises e Hayek. No entanto, a tônica geral do Colóquio foi de condenação ao excesso de intervenção do Estado na economia e ao estilo de reforma social propagandeado pelos Novos Liberais. Contudo, mesmo com posições divergentes na agenda positiva, chegou-se a um consenso: é necessário abandonar a ideia de que a simples limitação do Estado sobre a sociedade seria suficiente para possibilitar a emergência de uma ordem econômica liberal. Longe de ser espontânea, uma economia liberal deve ser vista como o produto de uma moldura institucional peculiar, que modula os processos econômicos, sujeitando-os ao mecanismo da concorrência norteada pelo papel sinalizador dos preços. (MARIUTTI, 2021, p.2)

Portanto, fica claro que já em 1938, os liberais recalcados do fracasso do *laissez-faire* já haviam realizado o diagnóstico de que parte da crise do liberalismo – quando se tratando de teoria econômica – havia se dado por uma falta de institucionalidade. Em outras palavras, o liberalismo era tratado puramente como uma política econômica e, a partir desta síntese, os liberais entenderam que o liberalismo precisaria se infiltrar nas instituições e esferas da sociedade:

> Logo, somente a reconstrução do liberalismo tornaria possível a adaptação do homem às novas circunstâncias. Para tanto, afirma Lippmann, seria necessário abandonar os vestígios naturalistas da sua forma clássica e enfrentar o problema fundamental que o *Laissez-Faire* não deu conta: uma sociedade comercial amparada na indústria moderna impõe aos homens um rítmo e um estilo de vida acelerado e cheio de mudanças imprevisíveis que, por conta destes atributos, corrói de forma muito rápida os laços comunais e colide sistematicamente com os modos de vida e a subjetividade forjada em um mundo não-industrial. Em sua visão, o grande erro do liberalismo

> clássico foi imaginar que os homens se adaptaram espontaneamente a uma sociedade fundada na revolução permanente da vida econômica. Logo, a única forma de dar continuidade à *revolução liberal* interrompida até então pelos coletivismos envolveria a criação de novas instituições e de uma grande política destinada a criar um *novo homem*, capaz de se adaptar às exigências da sociedade industrial. (MARIUTTI, 2021, p.7-8)

É curioso, entretanto, que no campo progressista e crítico ao liberalismo, só houve um diagnóstico desta característica – da infiltração institucional e social – com a intensificação do neoliberalismo. Neste sentido, cabe observar que i) o neoliberalismo, em sua gênese, já contava com um planejamento voltado para as instituições e formas sociais extraeconômicas e ii) somente com a intensificação do neoliberalismo algumas de suas características, que não só já existiam na teoria, mas também vinham sendo paulatinamente implantadas na sociedade, foram evidenciadas e diagnosticadas no campo progressista. Realizar tal elaboração não significa que os economistas críticos não se debruçaram em compreender as mudanças do mundo moderno, mas que a síntese de partida para o estudo do neoliberalismo se deu somente na década de 1970 com as palestras ministradas por Michel Foucault no *Collège de France* no qual o autor cunhou o termo "governamentalidade". Postumamente, as transcrições de suas palestras deram luz ao livro *Naissance de la Biopolitique* (1979) que contém o desenvolvimento deste termo. Mariutti sintetiza da seguinte forma:

> Concentrei a atenção nos momentos em que o debate extravasou o campo da economia entendida em sentido estrito para adentrar no que Michel Foucault chamou de *governamentalidade*. Acossados pelo que julgavam consistir em formas sociais totalitárias, os participantes do encontro tinham como orientação principal uma tarefa bastante pragmática: a tentativa de construir um tipo novo de racionalidade *na prática de governar* que, sem recair no naturalismo do liberalismo clássico, fosse capaz de evitar o excesso de governo das formas totalitárias e social-democratas. (MARIUTTI, 2021, p.2)

Deste modo, a grande importância do Colóquio de 1938 foi principalmente diagnosticar a crise do liberalismo para que em sua nova formulação liberal, não caísse nos mesmos erros e a principal síntese, que ecoa até hoje, foi que, o novo liberalismo não poderia ser simplesmente uma política econômica, mas precisaria se infiltrar nas instituição e na construção do homem moderno.

É também importante pontuar que, no Colóquio, não houve grandes consensos sobre a condução econômica do neoliberalismo - ou seja, teóricos como Hayek e Mises mantiveram suas posições mais próximas de um liberalismo clássico baseado nas liberdades individuais e no Estado mínimo, enquanto teóricos como Rüstow e Röpke defenderam um neoliberalismo que promovesse minimamente justiça social. Essas discussões somente foram feitas nove anos depois na *Société du Mont-Pèlerin* (1947):

> Durante a travessia do deserto político e intelectual dos neoliberais, o que importa, na verdade, é opor um *front* unido ao "intervencionismo de Estado" e à "escalada do coletivismo". Foi essa oposição que a sociedade Mont-Pèlerin conseguiu encarnar, reunindo as diferentes correntes do neoliberalismo, a corrente norte-americana (fortemente influenciada pelos "neoaustríacos" Friedrich Hayek e Ludwig von Mises) e a corrente alemã e permitindo, desse modo, que se apagassem as linhas divergentes tais como haviam se firmado antes da guerra. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.73)

Portanto, ainda que não sanadas diferenças entre os liberais defensores do *laissez-Faire* e os liberais que defendiam reformas sociais em 1938, houve uma guinada no sentido de um consenso referente à adaptação:

> A palavra mais importante na reflexão de Lippmann é *adaptação.* A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua. A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento, combatendo privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa criar e preservar as condições de funcionamento do sistema concorrencial.
>
> À revolução permanente dos métodos e das estruturas de produção deve corresponder igualmente a adaptação permanente dos modos de vida e das mentalidades. O que torna obrigatória uma intervenção permanente da força pública. Foi o que entenderam claramente os primeiros liberais, inspirados pela necessidade de reformas sociais e políticas, mas foi também o que esqueceram os "últimos liberais", mais preocupados com a manutenção do que com a adaptação. A bem verdade, os adeptos do *Laissez-faire* supunham que esses problemas de adaptação se resolviam por magia ou melhor, que nem existiam. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.89-90)

Ao fim do Colóquio, as diferenças entre os liberais podem não ter sido resolvidas e as discussões podem ter levado a novas dúvidas e discussões de um novo modelo liberal. Entretanto, o consenso atingido em 1938 foi suficiente para fundar o que hoje chamamos de neoliberalismo e para que os dogmas lá estabelecidos ainda sejam uma forte e nefasta realidade.

Não é, entretanto, na primeira metade do século XX, logo após a refundação intelectual do liberalismo em sua forma neoliberal que esse objeto mostra suas facetas. O século XX é marcado por diversas inovações tecnológicas, crescimento econômico, conflitos civis e internacionais e por uma intensificação das contradições internas do modo de produção capitalista. Em especial, a segunda metade do século é marcada por conflitos e rupturas poderosas a ponto de promover estrangulamentos em alguns pilares morais, econômicos e sociais da sociedade carregada nos costumes de um mundo antigo. A sociedade do *fin de siècle* é suportada pelos avanços do capitalismo, pela acumulação do capital e por uma conjuntura internacional favorável ao crescimento econômico e à consolidação da hegemonia estadunidense.

Os moldes dos novos tempos estão enraizados no século XX. Por que tantas rupturas em um só século e por que essas rupturas têm um caráter transformador e o poder de moldar uma nova realidade social? Ainda em 1968, Lefebvre avalia o período:

> O que se desdobra, portanto, é o tempo. O tempo é o tempo da mudança. Não a de tal modificação local, parcial: a das transições e transitórios, a dos conflitos. O tempo, este tempo com sua fluidez e sua continuidade, sua lentidão. A história de um dia engloba a do mundo e a da sociedade. Este tempo cuja fonte nunca é revelada é perpetuamente simbolizado. (LEFEBVRE, 1968, p.12-13 *apud* OLIVEIRA, 2009, p.5, tradução nossa)[5]

Fica claro que é um tempo de mudanças. Um momento em que as estruturas de uma sociedade são questionadas e podem em um piscar de olhos ser viradas do avesso: basta uma alteração corriqueira na correlação de forças que rege as instituições responsáveis por validar um novo modo de vida essencialmente baseado em consumo e na concorrência generalizada.

É neste ambiente que a semente do neoliberalismo que havia sido plantada em 1938, regada em 1947, finalmente floresce. Mas não somente essas flores com espinhos nascem, como elas se tornam uma praga que paulatinamente consome todos os outros recursos ao seu redor para sustentar seu próprio crescimento. A "Grande Virada" – termo cunhado por Dardot e Laval (2016), se dá no contexto de diversos gargalos presentes na sociedade, resquícios de um século de conflitos e tensões:

> Os anos 1980 foram marcados, no Ocidente, pelo triunfo de uma política qualificada, ao mesmo tempo, de “conservadora” e “neoliberal”. Os nomes de Ronald Reagan e Margaret Thatcher simbolizam esse rompimento com o “welfarismo” da social-democracia e a implementação de novas políticas que supostamente poderiam superar a inflação galopante, a queda dos lucros e a desaceleração do crescimento. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.189)

Esta contextualização é importante para poder ilustrar como todas as discussões que ocorreram na primeira metade do século XX reverberaram nos gargalos da década de 1980 e produziram a sociedade como ela é conhecida hoje – com a concorrência generalizada e com a formação do sujeito baseada neste princípio. O próximo passo é adentrar as interpretações críticas sobre o neoliberalismo.

---

[5] No original: *"Ce qui se déploie, c’est donc le temps. Le temps c’est le temps du changement. Pas celui de telle modification locale, partielle: celui des transitions et transitoires, celui des conflits. Le temps, ce temps-lá avec sa fluidité et sa continuité, sa lenteur. L’histoire d'un jour englobe celle du monde et celle de la société. Ce temps dont la source ne se dévoile jamais se symbolise perpétuellement (...)"* (LEFEBVRE, 1968, p.12-13 *apud* OLIVEIRA, 2009, p.5)

2. INTERPRETAÇÕES DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA CAPITALISTA E NEOLIBERAL

2.1. Introdução

Este segundo capítulo é dedicado a apresentar uma interpretação da sociedade capitalista neoliberal contemporânea à luz dos arcabouços teóricos foucaultianos e marxistas. Para isso, utiliza-se *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* de Dardot e Laval (2016) e *O Neoliberalismo: histórias e implicações* de David Harvey (2005). A hipótese é que os arcabouços teóricos marxistas e foucaultianos, isoladamente, não absorvem todas as características e aspectos da realidade social no mundo neoliberal; portanto, estas análises podem se complementar no que tange às interpretações e definições sobre o neoliberalismo.

Esta aproximação entre os dois arcabouços foi proposta por Wendy Brown (2019) em *Nas Ruínas do Neoliberalismo.* Este é o ponto de partida para este capítulo: interpretar o neoliberalismo através de ambos os arcabouços teóricos conjuntamente.

Além disso, se inicia uma breve discussão sobre a interpretação de cada autor sobre a finitude do neoliberalismo em suas linhas interpretativas. O ensaio sobre as formas de alternativa ao neoliberalismo será elaborado no Capítulo 3 desta monografia. Assim, além dos aspectos de teoria econômica e social presentes neste capítulo, dá-se o início da discussão sobre as os gargalos gerados pelo neoliberalismo para que, no Capítulo 3, as alternativas possam ser discutidas a partir da problemática aqui apresentada.

Acredita-se aqui que, ainda que as linhas interpretativas sejam distintas, elas dialogam entre si. Ambas as interpretações apontam para o cenário de terra arrasada que o neoliberalismo vem construindo e intensificando. Em outras palavras, todas as interpretações apontam que se formas econômicas e racionalidades alternativas ao neoliberalismo não forem discutidas e postas em prática, o neoliberalismo tem o poder para acabar com os recursos humanos e naturais, e corroer os arcabouços institucionais que moldam o mundo de hoje, colocando notadamente em risco a democracia.

2.2. As Interpretações Segundo os Arcabouços Teóricos Marxistas e Foucaultianos

2.2.1. O arcabouço teórico foucaultiano: Dardot e Laval

A primeira interpretação discutida é a Foucaultiana. Para isso, além de passagens do próprio autor, a principal fonte interpretativa utilizada os autores Pierre Dardot e Christian Laval, em especial, a obra *Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal* (2016). Entretanto, estes dois autores também teceram elaborações importantes sobre a interpretação do neoliberalismo em outras obras, como é o caso de *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal* (2020) de Christian Laval.

Foucault se dedica a analisar dispositivos de segurança a fim de postular como historicamente se revela o problema específico da população e conduz à questão do governo, ou seja, a relação entre população, governo e segurança. Parte daí não só a ideia de governamentalidade, mas sua análise histórica:

> O que pretendo fazer nos próximos anos é uma história da *governamentalidade*. E com essa palavra quero dizer três coisas:
>
> 1. o conjunto construído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer de forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população (...).
>
> 2. a tendência em que todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina etc – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhamentos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
>
> 3. o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado, (FOUCAULT, 1979, p.429)

Ou seja, a governamentalidade é o conjunto de instituições e práticas que por meio de um mecanismo de dominação e dispositivos de segurança exercem o poder sobre a população. Esse tipo específico de poder sobre o outro – governo – desenvolve uma forma específica de dominação. Essa definição histórica de governamentalidade, entretanto, está relacionada a uma forma específica, a da biopolítica[6]. A governamentalidade tende, entretanto, a assumir uma forma mais geral, que é a chave para interpretar o neoliberalismo enquanto uma nova governamentalidade e uma nova racionalidade:

[6] Foucault entendia por biopolítica a maneira como se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas criados à prática governamental pelos fenômenos específicos de um grupo de seres vivos constituído em população (...) (FOUCAULT, 1979, p.393)

> Mas a "governamentalidade" vai assumir um sentido muito mais amplo, intercambiável com a "arte de governar" ou a "racionalidade governamental" para designar as maneiras muito concretas, frequentemente finas e invisíveis de condução dos indivíduos. Diz respeito, então, tanto ao tipo de ação de um indivíduo diante do que um outro espera dele, quanto às formas pelas quais os indivíduos se esquivam dessa expectativa. (...) Em suma, seu ponto de partida consiste em indexar a gestão da população, colocada como uma característica principal da política moderna, junto a uma racionalidade governamental fundada sobre a manipulação dos interesses pela própria organização da liberdade econômica dos mercados e pelo jogo dos preços (Foucault, 2004ª, p.24 [2008ª, p.30]). A biopolítica não pode ser compreendida senão por seu lado operativo, e esse lado operativo é, precisamente, a governamentalidade, ou seja, o governo dos homens por seus interesses. (LAVAL, 2020, p.48-49)

Ou seja, a governamentalidade é o governo dos homens a partir de mecanismos que permitem a condução dos corpos a um objetivo específico. Neste sentido, pode-se dizer que a fundação do neoliberalismo está relacionada a uma nova forma de governamentalidade – a governamentalidade neoliberal. Ou seja, uma nova forma de conduta da população que, neste caso, é baseada em uma nova racionalidade que difere da racionalidade liberal, baseada na troca. A nova racionalidade, a racionalidade do neoliberalismo, por sua vez, é baseada na concorrência:

> A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. (...) O neoliberalismo pode ser entendido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.
>
> O conceito de "racionalidade política" foi elaborado por Michel Foucault em relação direta com as pesquisas que dedicou à questão da "governamentalidade". (...) Uma racionalidade política, nesse sentido, uma racionalidade "governamental". (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17)

Em relação à forma de ação da governamentalidade neoliberal, ocorre um aprendizado constante e progressivo e, portanto, a forma como o indivíduo é conduzido a governar a si mesmo no ambiente do mercado vai sendo moldada pelo e moldando o ambiente institucional no qual se insere. Assim, os mecanismos de subjetivação da governamentalidade moldam o sujeito para que todas as suas relações econômicas, políticas e sociais sejam baseadas na concorrência. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.141)

O controle da racionalidade humana por meio dos mecanismos de subjetivação, por sua vez, surge como uma importante ferramenta utilizada pelos neoliberais para a perpetuação de seus dogmas. Entretanto, há um fator contraditório que, apesar de nefasto, está tão enraizado na sociedade neoliberal que não necessariamente se torna um gargalo de contradição interna: esse fato paradoxal é o conceito de liberdade. Ora, se os neoliberais vendem que o sistema econômico ideal é o que garante as liberdades individuais, os mecanismos de subjetivação

transformam o sujeito em um sujeito neoliberal que, na verdade, não tem vontade própria. Sua única vontade é estar firmado no âmbito da concorrência e assim, consumindo bens e serviços que satisfaçam não somente suas necessidades, mas também que garantam o *status quo* do indivíduo na sociedade. Além disso, a própria função Estado é posta a prova uma vez que há uma defesa de um Estado mínimo, ao mesmo tempo que este mesmo Estado tem que agir através de mecanismos de subjetivação institucionais para garantir a racionalidade da concorrência. Sobre isso, Laval (2020) pontua:

> Foucault considera justamente que os anos 1960 e 1970 foram palco tardio de uma dessas "crises de governamentalidade", caracterizada pela tensão entre a liberdade que a sociedade de mercado reclamava e a extensão da esfera estatal, consecutiva ao impulso das demandas sociais de intervenção. O que faz levar a sério os *experts* e dirigentes da Trilateral que constataram uma "ingovernabilidade das sociedades democráticas". O "liberalismo" é sempre um complexo de tensões e mesmo de contradições: por um lado, trata-se de fazer da liberdade individual a fonte da prosperidade, mas, por outro, tornou-se necessário criar instituições sociais que assegura a vida, assumissem riscos vitais, educassem e cuidassem da população; em uma palavra, que fizessem do bem-estar da população um objetivo político central. A "biopolítica", que se encarna tardiamente na seguridade social ou na educação nacional, não é, portanto, estranha ao liberalismo; ela lhe é complementar, porque, condiciona o funcionamento do mercado ao mesmo tempo que entra em tensão com a livre concorrência dos interesses individuais, princípio da vida social para o liberalismo. (LAVAL, 2020, p. 52-53)

Outra defesa ferrenha dos neoliberais, que não passa de mais uma falácia, é de que o neoliberalismo tem algo de natural. Em outras palavras, a história contada pelos detentores do poder na sociedade é de que a formação do sujeito – em meio à escassez de recursos, o estímulo à concorrência e ao constante estado de medo e crise – é algo natural. Cabe retomar de que esse ambiente acima descrito, na verdade, é fruto do próprio neoliberalismo. Sem que a sociedade esteja em um constante estado de alerta, não se molda um sujeito que se espelha nesta sociedade. Os neoliberais por si só, com suas calculadoras, suas equações microeconômicas e o perfeito mundo de Robinson Crusoé não são capazes de garantir que esse ambiente de tensões seja dado como natural. Para isso, os neoliberais recorrem ao Estado e às instituições:

> (...) o neoliberalismo se atribui continuamente ares de evidência, quer dizer, de conformidade, com um movimento natural da sociedade e com uma realidade à qual os governantes e governados devem se adaptar. Contudo, essa "realidade" é feita de situações criadas, de regras estabelecidas, de instituições construídas que orientam a conduta. Em uma palavra, o governo neoliberal não é menos "positivo" que os outros, sendo essa positividade singular que Foucault pretende expor com clareza. Como vimos, a ação governamental à distância pelo estabelecimento de "regras do jogo"visa estruturar o espaço no qual os indivíduos agem segundo a lógica da concorrência. Os indivíduos que precisam se conduzir nesse espaço devem, então, se adaptar a esse meio concorrencial, funcionando como empresas que administram um capital de recursos a maximizar. Longe de ser anormativo ou subgovernamentalizado, o espaço neoliberal é sobreinvestido por técnicas comportamentais cada vez mais refinadas que afetam toda a vida, até o mais íntimo do indivíduo. (LAVAL, 2020, p.76)

É através desta formatação que o neoliberalismo forja um novo sujeito: o sujeito neoliberal. Este sujeito é nascido e moldado dentro da governamentalidade neoliberal e, por conseguinte, todas as esferas de sua vida são norteadas pelo princípio da concorrência que é, artificialmente, imposto como naturalidade. Este sujeito segue um ordenamento para que faça parte de uma engrenagem do neoliberalismo que garanta que sua forma de sobrevivência favoreça o fortalecimento do capitalismo e, com isso, o esgotamento humano e natural. O indivíduo passa a tratar a si próprio e as suas relações humanas como relações empresariais:

> A noção de "empresa de si mesmo" supõe uma "integração da vida pessoal e profissional", uma gestão familiar do portfólio de atividades, uma mudança da relação com o tempo, que não é mais determinada pelo contrato salarial, mas por projetos que são levados a cabo com diversos empregadores. E isso vai muito além do mundo profissional; trata-se de uma ética pessoal em tempos de incerteza. "A empresa de si mesmo é encontrar um sentido, um compromisso na globalidade da vida", o que começa cedo - com quinze anos, somos empreendedores de nós mesmos assim que nos perguntamos o que queremos fazer da vida. Toda atividade é empresarial, porque nada mais é garantido para toda a vida. Tudo deve ser conquistado e defendido a todo momento. A criança mesmo deve ser "empreendedora do seu saber". Desse ponto de vista, tudo se torna empresa: o trabalho, mas também o consumo e o lazer, já que "se procurar tirar deste máximo de riquezas, utilizá-lo para a realização de si mesmo como maneira de criar. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.336)

Portanto, tratando-se da interpretação foucaultiana, a tese principal é de que neoliberalismo é uma nova forma de racionalidade baseada na concorrência generalizada. Para que isso ocorra, são necessários mecanismos de subjetivação criados pelos neoliberais e amparados nas instituições que tem por finalidade moldar a racionalidade do sujeito e transformar sua parte mais íntima em uma organização empresarial. Desta forma, a definição de neoliberalismo para Dardot e Laval é:

> A tese defendida por esta obra é precisamente que o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo *racionalidade* não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra "capitalismo". O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e normal geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (DARDOT; LAVAL; 2016, p.17)

A correlação de forças entre as classes sociais, por sua vez, é vista como uma relação fundada na racionalidade imposta. Ora, se a base do neoliberalismo é a própria formação do sujeito, não é cabível que este se torne um motor revolucionário. Muito pelo contrário, como arquitetado em 1938, a característica mais nefasta que percorre o neoliberalismo é a adaptação.

Essa adaptação tem o poder de usurpar qualquer forma de subversividade e, de maneira perversa, se apropriar desta subversão e convertê-la em concorrência e consumo. Um exemplo muito claro desta questão é o estudo de Boltanski e Chiapello (1999) citado por Dardot e Laval em uma entrevista intitulada "*Uma Alternativa ao Neoliberalismo*" (ANDRADE; OTA, 2015) que revela como a gestão empresarial se apropria do Maio de 1968. Ainda neste campo, é possível interpretar como um resultado do neoliberalismo a apropriação dos movimentos de contracultura da década de 60 pelo capitalismo um sintoma da falência da ação revolucionária previamente estabelecida[7]. Assim, torna-se paulatinamente mais difícil qualquer tipo de ação revolucionária uma vez que o sistema é muito arquitetado e fechado para de fato impedir qualquer subversão.

Entretanto, o fato é que assim como o liberalismo apresentou rachaduras por conta das tensões relacionadas à (não) autorregulação do mercado e das tensões imperialistas, o neoliberalismo também apresenta graves tensões. O avanço do neoliberalismo, por sua vez, é danoso às estruturas democráticas e aos recursos naturais do planeta. Em uma ordem concorrencial, na qual todos os aspectos da vida humana se baseiam na concorrência, há sempre uma exploração ampliada tanto do trabalho humano quanto dos recursos naturais. Ou seja, se não houver uma alternativa à racionalidade neoliberal, a democracia e a natureza estão fortemente ameaçadas pelo avanço desenfreado do capitalismo neoliberal.

Portanto, ao se discutir os aspectos da interpretação foucaultiana de neoliberalismo uma grande característica se sobressai: é uma interpretação baseada nos mecanismos de subjetivação e na razão humana. Logo, as características materiais têm um papel secundário na análise, uma vez que, no cerne do neoliberalismo, segundo este arcabouço teórico, reside o sujeito e a sua formação.

2.2.2. O arcabouço teórico marxista: David Harvey

A segunda interpretação discutida é a marxista, para a qual a obra *O Neoliberalismo: história e implicações*, de David Harvey (2005) é o principal guia. Esta interpretação, ainda que possua diversas facetas em comum com a interpretação foucaultiana, parte principalmente da base material para interpretar o neoliberalismo. Isto é, as relações institucionais, culturais e políticas, são, na verdade, moldadas pela relação material que reside no capitalismo.

[7] Ver Melo, 2021.

A definição de neoliberalismo elaborada por Harvey (2005) é muito mais focada nas práticas econômicas e na relação do Estado enquanto um garantidor das relações de troca do que com uma forma de racionalidade ou enquanto resultado dos mecanismos de subjetivação:

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado da saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2005, p.12)

Fica evidente então que, a elaboração marxista está muito mais focalizada na prática da política econômica enquanto parte do próprio capitalismo do que como uma nova forma pela qual os indivíduos se relacionam. Ao que parece, os neomarxistas, ainda que concordem com os foucaultianos no que tange ao esgotamento de recursos humanos e naturais promovidos pelo neoliberalismo, acreditam que os indivíduos nesta sociedade ainda são historicamente determinados em classes sociais e, por sua vez, as políticas econômicas ditadas pelos detentores do poder – capitalistas – são a prática neoliberal, que é uma prática capitalista que visa garantir a liberdade comercial e individual para a ampliação do próprio capitalismo.

Nesta prática, os capitalistas depositam os créditos do bem-estar da população, não em políticas de promoção de justiça social, seguridade social, transferência de renda, saúde e educação. Na crença de que o mundo e os mercados têm uma tendência ao equilíbrio, o bem-estar seria garantido pelas liberdades individuais e de mercado. Ou seja, o indivíduo enquanto ser racional maximiza sua utilidade e minimiza suas perdas desde que esteja em um ambiente de concorrência perfeita.

Neste sentido, fica claro, para o autor, que os neoliberais teorizam partindo de pressupostos falaciosos. A realidade social não é a realidade de Robinson Crusoé, e ao produzir teoria econômica que queira artificialmente enquadrar a vastidão da economia neste tipo de modelo simplificador sob a ilusão de que este pode ser mais socialmente justo ou que possa, de

alguma forma, acabar com as mazelas do capitalismo, ou é ingênua ou está trabalhando em favor da exploração humana sem qualquer tipo de escrúpulo.

Como então, uma prática política tão nefasta pode ser socialmente aceita a ponto de ser vista não somente pelas elites, mas também por parcela da classe trabalhadora, como uma prática política benéfica? Harvey (2005) recorre a Gramsci para abordar que essa prática econômica toma uma máscara cultural que acaba por promover este efeito:

> Aquilo que Gramsci denomina "senso comum" (definido como "o sentido sustentado em comum") tipicamente fundamenta o consentimento. O senso comum é construído com base em práticas de longa data de socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais ou regionais. Não é o mesmo que bom senso, que pode ser construído a partir do engajamento crítico com as questões do momento. Assim sendo, o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais. Valores culturais e tradicionais (como a crença em Deus e no país ou concepções da posição das mulheres na sociedade) e temores (de comunistas, imigrantes, estrangeiros ou "outros" em geral) podem ser mobilizados para mascarar outras realidades. Podem-se invocar *slogans* políticos que mascarem estratégias específicas por trás de vagos artifícios retóricos. A palavra "liberdade" ressoa tão amplamente na compreensão de senso comum que têm os norte-americanos que se tornou "um botão que as elites podem pressionar para abrir a porta às massas" a fim de justificar quase qualquer coisa. (...) Gramsci concluiu, portanto, que as questões políticas, quando "disfarçadas como culturais", se tornam "insolúveis". Buscando compreender a construção do consentimento político, temos de aprender a extrair significados políticos de seu impenetrável revestimento cultural. (HARVEY, 2005, p.49)

Portanto, foi desta forma, apoiando-se na base da cultura e dos valores, que, segundo Harvey (2005), foi possível, ao final da década de 1970, que a "grande virada" ocorresse, isto é, que o mundo passasse a seguir as políticas econômicas neoliberalizantes que pregam o livre mercado e as liberdades individuais acima de qualquer outra coisa. Para que isso ocorra, além da construção deste consenso, o papel do Estado enquanto validador desta política econômica também é essencial. Harvey (2005), assim como os foucaultianos, também volta sua análise par a velha questão Estado versus mercado:

> De acordo com a teoria [neoliberal], o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercado de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado, A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos. O Estado tem, portanto, de usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essas liberdades. Por extensão, considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações (vistos legalmente como indivíduos) de operar nesse arcabouço institucional de livres mercados e livre comércio. A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza. Protegem-se os direitos de propriedade intelectual (por exemplo, através de patentes) a fim de estimular as mudanças tecnológicas. Assim, os contínuos aumentos da produtividade devem proporcionar padrões de vida mais elevados a todos. Sob o

> pressuposto de que "uma dor", a teoria neoliberal sustenta que a eliminação da pobreza (no plano doméstico e mundial) pode ser mais bem garantida através dos livres mercados e do livre comércio. (HARVEY, 2005, p.75)

Desta forma, as instituições desempenham um papel crucial tanto na análise marxista quanto na análise foucaultiana. O Estado, por sua vez, na visão neoliberal, deve trabalhar para o mercado em prol de um ideal de liberdade. A diferença é que, na visão de Harvey (2005), esta relação é uma relação de política econômica, enquanto, para Dardot e Laval (2016) a ação do Estado está embebida dos mecanismos de subjetivação que moldam o sujeito neoliberal.

Na visão de Harvey (2005), trata-se de um nível de compreensão no qual as estruturas econômicas, na verdade, são o principal motor do neoliberalismo e não os sujeitos que habitam essa realidade social. Isso se dá por conta do arcabouço teórico marxista do autor, diferente da visão das interpretações foucaultianas que carregam a importância deste indivíduo na práxis da nova razão do mundo.

Outro ponto que se assemelha entre os arcabouços teóricos, é a questão da adaptação. Harvey (2005) não nega que para que o neoliberalismo prospere, é necessário que haja uma adaptação constante. Entretanto, os foucaultianos enxergam esta adaptação como um mecanismo de subjetivação que molda o sujeito na ordem da concorrência e, com isso, faz com que qualquer insurgência seja automaticamente revertida em transformação do indivíduo no sentido da adequação à ordem concorrencial – uma vez que, todas as relações sociais seguem a lógica empresarial. Harvey (2005), por outro lado, argumenta que este a adaptação se dá por meio de uma reorganização do Estado neoliberal. Ainda assim, Harvey não deixa de reconhecer a relevância da visão de "empreendedorismo" presente nos indivíduos:

> O Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global.
>
> Embora a liberdade pessoal e individual no mercado seja garantida, cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar, do mesmo modo como deve responder por eles. Esse princípio é aplicado aos domínios do bem-estar social, da educação, da assistência à saúde e até aos regimes previdenciários (a seguridade social foi privatizada no Chile e na Eslováquia, e há propostas nesse sentido nos Estados Unidos). O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo). (HARVEY, 2005, p.76)

Além disso, Harvey (2005) elenca diversas contradições internas singulares do neoliberalismo que, por sua vez, estabelecem importantes gargalos. A primeira e talvez mais

relevante contradição interna elencada por Harvey (2005) é da questão dos monopólios. Este assunto resgata um questionamento sobre o próprio mercado sobre o qual os neoliberais, para teorizar, estabelecem preceitos. Neste caso, o preceito neoliberal que é quebrado é a ideia de que um mercado, quando sem intervenção do Estado, tende a se autorregular através da concorrência. O que ocorre, entretanto, é que o mercado possui imperfeições e assimetrias[8] – ou seja, os *players* não competem de maneira justa e isso faz com que a economia seja regida por monopólios e oligopólios criados conforme as empresas capitalistas crescem e, com isso, ou expulsam as empresas menores do ramo ou as absorvem em seu próprio empreendimento. Há uma tensão neste modelo uma vez que a própria concepção de liberdade é colocada em xeque já que não há oportunidades igualitárias entre os próprios capitalistas e/ou os sujeitos neoliberais que, enfeitiçados pela lógica da concorrência, buscam a todo custo o empreendedorismo com a promessa de se tornarem burgueses – promessa essa que não há de ser cumprida já que as imperfeições de mercado reforçam a concentração de renda e de poder:

> Há algumas áreas de sombra, assim como pontos de conflito no âmbito da teoria geral do Estado neoliberal. Em primeiro lugar, há o problema da interpretação do poder do monopólio. A competição costuma resultar no monopólio ou no oligopólio à medida que empresas mais fortes vão expulsando do mercado empresas mais fracas. A maioria dos teóricos neoliberais considera que não há nisso nenhum problema (dizem que deveria maximizar a eficiência), desde que não haja barreiras que impeçam o ingresso de competidores (condição de modo geral de difícil realização e que o Estado tem por conseguinte de alimentar). O caso dos chamados "monopólios naturais" apresenta mais problemas. (HARVEY, 2005, p.77)

A segunda contradição interna que Harvey (2005) aponta é a escolha de não arcar com os custos do empreendimento capitalista. Isso ocorre quando o empreendimento capitalista ou até mesmo no nível individual não assume seus passivos. Há, então, a necessidade de externalizá-los. Colocando em exemplos, Harvey (2005) escreve sobre a questão da poluição – quando empresas não querem arcar com os custos dos resíduos gerados por sua atividade, descartam esses resíduos no meio ambiente, gerando poluição e desequilíbrio ambiental (HARVEY, 2005, p.78). Sem que o Estado também atue sobre a regulamentação da

[8] Para Harvey (2005), o Estado neoliberal pode se contrapor a esta primeira contradição interna, atuando sob as assimetrias de mercado. Entretanto, o autor também assume que, na verdade, as assimetrias podem ser um instrumento de ampliação da concentração de riqueza e, pela lógica, a atuação do Estado neoliberal sobre as imperfeições de mercado pode ser indesejada. Harvey (2005) coloca: "*Por conseguinte, as relações assimétricas de poder tendem antes a aumentar do que diminuir com o passar do tempo, a não ser que o Estado aja para se contrapor a elas. O pressuposto neoliberal de perfeito acesso à informação e de igualdade de condições na competição parece ser ou inocentemente utópico ou um escamoteamento deliberado de processos que vão levar à concentração de riqueza." (HARVEY, 2005, p.79)*

externalização dos custos, cada vez mais as empresas irão deixar de arcar com suas obrigações e o resultado disso é um esgotamento dos recursos naturais.

Uma terceira contradição elencada por Harvey (2005), se dá em um paradoxo da própria noção de liberdade. O autor explica que, ainda que exista uma aversão às organizações coletivas – como sindicatos –, os indivíduos demandam resultados que poderiam ser provenientes destas organizações. Em outras palavras, ao invés de os indivíduos se organizarem em um partido político para levarem suas pautas para a discussão na sociedade, estes demandam que o Estado, através da utopia da apolítica, atue por meio da opinião de especialistas, sobre uma ação que na verdade, deveria de ser coletiva:

> Há por fim alguns problemas políticos fundamentais no âmbito do neoliberalismo que precisam ser abordados. Surge uma contradição entre um individualismo possessivo sedutor mas alienante e o desejo de uma vida coletiva dotada de sentido. Embora se supunha que os indivíduos sejam livres para escolher, não se supõe que eles escolham construir instituições coletivas fortes (como sindicatos) em vez de associações voluntárias fracas (como instituições de caridade). Os indivíduos com toda certeza não deveriam escolher associar-se para criar partidos políticos voltados para forçar o Estado a intervir no mercado ou eliminá-lo. Para defender-se de seus maiores temores - o fascismo, o comunismo, o socialismo, o populismo autoritário e mesmo o regime da maioria -, os neoliberalismo tem de impor fortes limites à governança democrática, apoiando-se em vez disso em instituições não-democráticas e que não prestam contas a ninguém (como Banco Central norte-americano e o FMI) para tomar as decisões essenciais. Isso cria o paradoxo das intervenções estatais e do governo em mãos das elites e de "especialistas" num mundo em que se supõe que o Estado não é intervencionista. (HARVEY, 2005, p.79-80)

Em síntese há um fértil olhar do e Harvey (2005) sobre as movimentações que vêm ocorrendo na sociedade com a intensificação do neoliberalismo a partir e, a partir daí, Harvey mobiliza através d do método materialista histórico, suas análises, buscando entender as contradições internas do capitalismo neoliberal e a relação entre o Estado neoliberal e a sociedade. Pode-se dizer que a interpretação marxista do autor acerca do neoliberalismo, ainda que tenha diversos pontos em comum com a interpretação foucaultiana, joga mais luz nas relações materiais e de classes, enquanto, no arcabouço teórico foucaultiano o foco maior recai nos indivíduos e nos mecanismos de subjetivação.

2.3. Síntese das aproximações dos arcabouços teóricos foucaultianos e marxistas.

Ao introduzir a temática desta monografia, foram ressaltadas três características que fazem parte da realidade social contemporânea e que, por conseguinte, são pilares do neoliberalismo. Esses elementos são: i) as mudanças na racionalidade dos indivíduos; ii) a atuação dos mecanismos de subjetivação e iii) as mudanças nas correlações de forças presentes

na luta de classes. Ao trabalhar as duas interpretações do neoliberalismo à luz dos arcabouços teóricos foucaultianos e marxistas, tendo como guia estes três elementos, fica evidente que alguns pontos de análise da realidade social são objetos em comum em ambos os arcabouços teóricos. Cabe aqui sintetizar estes pontos. A primeira característica que se sobressai em ambas as análises é a controvérsia acerca do conceito de liberdade. Desde a fundação intelectual do neoliberalismo, a liberdade individual e de mercado é pautada enquanto um fundamento inexorável e inescapável do neoliberalismo. Em outras palavras, o neoliberalismo é fundado com o intuito de garantir que tais "liberdades" sejam exercidas de forma generalizada. Entretanto, o que se realiza com a intensificação do neoliberalismo é o contrário.

Na verdade, as liberdades individuais são postas em xeque em prol da acumulação e da concentração de riquezas, e os interesses coletivos são paulatinamente atacados e extinguidos enquanto passa a reinar o individualismo. Esse individualismo, entretanto, não pode ser confundido com liberdade individual já que é socialmente e historicamente moldado para que as relações pessoais e materiais deste sujeito permaneçam em um lugar de extremo medo da perda e da concorrência generalizada. Ou seja, a liberdade individual existe desde que o sujeito trabalhe em prol da acumulação de riquezas. Quando este formato é quebrado, o neoliberalismo por si só remonta às relações sociais e materiais dos indivíduos fazendo com que eles retornem para seu lugar socialmente determinado – o da exploração.

A liberdade de mercado, por sua vez, também não é exercida como os neoliberais vendem. Fica evidente que a liberdade de mercado que os neoliberais postularam em sua fundação intelectual somente funciona em condições irrealizáveis da sociedade – partindo do pressuposto de que os indivíduos são racionais e que as condições de concorrência são perfeitas. Na verdade, o mercado possui contradições internas e assimetrias que não permitem que a realidade desenhada pelos neoliberais reine. Logo, para que o mercado seja "livre", ele necessariamente necessita que o Estado siga seus mandos e desmandos e, com isso, não há uma liberdade, mas sim um direcionamento para o caminho da concentração de riqueza.

A questão da liberdade de mercado supracitada leva para o segundo ponto de síntese: a relação entre o Estado e o mercado. Em ambos os arcabouços teóricos, este foi um importante ponto de discussão. A relação entre mercado e Estado não é uma discussão nova nem tampouco surgiu com os neoliberais. Entretanto, com a fundação intelectual do neoliberalismo e com sua intensificação na segunda metade do século XX, fica evidente que para a perpetuação do neoliberalismo, o Estado também tem que ser neoliberal. Ou seja, o mercado tem que funcionar como uma empresa, com um ideário de empreendedorismo. Ora, se uma empresa trabalha para lucrar, um Estado mercadológico trabalha para garantir que as empresas lucrem.

Desta forma, o Estado desempenha um papel fundamental no que tange à perpetuação do neoliberalismo: o de garantir as condições estruturais para que a concorrência generalizada possa reinar sem a menor dificuldade. Isto é, garantir um certo ordenamento social, exercendo seu poder de violência e coerção frente a qualquer tipo de subversão, atuar, por meio dos mecanismos de subjetivação, para que a formação do indivíduo, suas relações sociais e materiais sejam completamente pautadas na concorrência generalizada, e garantir que as classes sociais se relacionem com algum tipo de estabilidade, ajudando a mascarar as relações de exploração que se intensificam cada vez mais.

A terceira questão que é ressaltada em ambos os arcabouços teóricos é o presente esgotamento dos recursos naturais frente ao neoliberalismo. Uma das características mais marcantes do neoliberalismo é a ideia de que os recursos humanos e naturais têm a funcionalidade de servir para a perpetuação da ordem da concorrência generalizada. Não há nenhum tipo de escrúpulo no que tange à exploração da natureza para ampliar o lucro.

Além disso, como destacado por Harvey (2005), há também uma externalização dos custos dos capitalistas, ou seja, quando estes deixam de arcar com os ônus da exploração dos recursos naturais. Então, além de explorar um ativo com prazo de validade, nada é pago por isso para garantir que exista algum tipo de investimento na recomposição dos recursos naturais (quando isso é cabível – não é o caso, por exemplo, dos combustíveis fósseis, que vêm sendo explorados indiscriminadamente e há um estoque limitado destes ativos no mundo). Portanto, ambos os arcabouços teóricos concordam que se o neoliberalismo continuar avançando, em tempos muitos próximos, haverá uma grande e perigosa escassez dos recursos naturais limitando a própria vida humana. Com o aumento da escassez, o movimento mais provável, dentro desta ordem, é o da concentração dos recursos naturais, ou seja, somente a parcela capitalista terá acesso aos recursos, ampliando a injustiça social e pondo em xeque a existência de uma grande parte da população em geral.

A quarta característica que se destaca é o papel secundário que a democracia vem assumindo conforme o avanço do neoliberalismo[9]. A democracia já foi uma ferramenta importante na constituição dos Estados democráticos de direito – garantidor das condições do mercado – hoje vêm perdendo a importância para os neoliberais. O que ocorre é que um sistema representativo admite que as massas coloquem seus interesses em pauta e esses interesses, na

[9] O debate sobre a falência democrática frente ao avanço do neoliberalismo está presente tanto na conclusão d'*A Nova Razão do Mundo* de Dardot e Laval (2016) quanto no livro *Nas Ruínas do Neoliberalismo* – a ascensão da política antidemocrática no ocidente de Wendy Brown (2019). Ainda que, neste momento introdutório e de projeto de pesquisa, não haja espaço para explorar com profundidade essa questão, ela não deve ser descartada uma vez que é essencial ao desenvolvimento do objeto de estudo – o comum.

maioria das vezes, vai na contramão dos interesses do mercado. Com isso, não só a democracia começa a perder sua importância na visão neoliberal, mas, também, passa a ser uma ameaça e, com isso, o neoliberalismo toma conta de se apropriar desta subversão e converter as insurgências em partes da engrenagem da concorrência.

Não é à toa que nos últimos 10 anos, no mundo inteiro, observa-se um grande crescimento da extrema direita com pautas neonazistas, xenofóbicas e racistas. O que ocorre é que a democracia, nos últimos anos, permitiu que corpos que tradicionalmente não ocuparam os espaços de poder – como mulheres e pessoas pretas – chegassem ao poder, como é o caso, por exemplo, da eleição de Barack Obama em 2008 e a eleição de Dilma Rousseff em 2010. A ocupação do executivo por pessoas que fogem ao "padrão" gera um sentimento de destornamento no homem branco heterossexual e, com isso, há um forte sentimento de ressentimento e revanchismo que gera tensões antidemocráticas.

O neoliberalismo parece utilizar tais tensões ao seu favor, já que, os candidatos da extrema direita, além de se elegerem através do ataque às pautas identitárias, assumem uma postura apolítica no que tange à economia, defendendo a tomada de decisão por "especialistas" que supostamente não estariam trabalhando de maneira ideológica. Essa é a falácia contada para que economistas neoliberais e ortodoxos tomem conta das políticas econômicas e monetárias, assumindo cada vez mais um receituário pautado na de austeridade e na redução de gasto social. Com isso, a população pobre fica cada vez mais desamparada pelo Estado, que por sua vez está tomado pela extrema direita antidemocrática.

A última e mais importante questão a ser ressaltada é a questão da adaptação, que é tanto a característica mais nefasta do neoliberalismo quanto a mais perigosa. O fato é que o neoliberalismo tem o poder de se adaptar às mais diversas condições que a sociedade impõe com o passar dos anos. Seja por meio dos mecanismos de subjetivação ou da adaptação guiada pelo Estado neoliberal, o consenso é que as tensões, contradições internas e gargalos presentes no neoliberalismo, representam poucas ameaças a sua perpetuação, já que cada vez mais ele se apropria desses tensionamentos e os reverte em concorrência generalizada. Por conta disso, a atuação popular se torna cada vez mais difícil pois não há a criação da consciência de classe quando o sujeito rege sua vida pautada no individualismo e na concorrência e as instituições coíbem a organização popular. Desta forma, é possível iniciar um questionamento – que será abordado mais profundamente no capítulo 3 desta monografia – sobre a finitude do neoliberalismo. Ou seja, como será possível revolucionar o neoliberalismo que já é identificado como causa do fim dos recursos naturais e da democracia. As alternativas – locais ou sistêmicas – necessitam estar cada vez mais no holofote, pois o tempo para que o mundo tome um rumo

mais socialmente justo está se esgotando e com isso, as condições da vida dos humanos no planeta.

3. AS PROPOSTAS ALTERNATIVAS AO NEOLIBERALISMO

3.1. Introdução

A revolução francesa colocou fim aos privilégios nobiliárquicos e à ordem absolutista e inaugurou o que Hobsbawm (1977) chamou de Era das Revoluções. Esse marco é importante pois molda diversos aspectos da vida social e econômica vigente. Mas o ponto principal é a narrativa que se constrói ao redor de revoluções partindo da revolução francesa, que de acordo com Hobsbawm (1977, p.100) é a revolução de seu tempo.

Todas as revoluções que sucederam a revolução francesa, sejam estas liberais, socialistas ou culturais, seguiram um molde baseado na luta das massas, na ação revolucionária. Com o perdão de um anacronismo, ainda que a teoria de Rosa Luxemburgo seja cada dia mais atual, a autora revela um ponto importante sobre o processo de mudança de normas e a ação revolucionária:

> (...) em qualquer época, a constituição legal é apenas um *produto* da revolução. Enquanto a revolução é o ato de criação política da história de classes, a legislação é a expressão política da sociedade que continua vegetando. O trabalho legal de reforma não contém nenhuma força motriz própria, independente da revolução; prossegue em cada período histórico somente na direção que lhe foi dada pelo impulso da última revolução e enquanto esse impulso se faz sentir, ou, mais concretamente falando, somente *no quadro* da forma social criado pela última revolução. (LUXEMBURGO, 1899, p.55)

As revoluções até então vistas, por outro lado, se impulsionam através das revoluções passadas. O cenário que se avizinha então é que a governamentalidade neoliberal se aproprie da luta revolucionária fazendo com que esta se submeta à racionalidade neoliberal que é baseada na concorrência. Ainda que este fenômeno se verifique, Marx traz uma lição incomensurável a todo e qualquer processo revolucionário que deve também ser absorvida na revolução do comum:

> Marx já dizia com força: "A história não faz nada". Existem apenas homens que agem em condições dadas e, por sua ação, tentam abrir um futuro para eles. Cabe a nós permitir que um novo sentido do possível abra caminho. (DARDOT, LAVAL, 2017, p.402)

Desta forma, para o processo revolucionário, seja este espelhado nas narrativas de revolução previamente contadas, seja pensando um novo molde de revolução por meio da mudança na racionalidade norteada pelo princípio do comum, precisa ter seu caminho aberto pela ação dos sujeitos levando em conta sua realidade material e social. Ora, se uma revolução

de massas como as experiências prévias pode não ser suficiente para a superação do neoliberalismo, qual é o mecanismo revolucionário capaz de alterar a racionalidade neoliberal e transformá-la em uma nova racionalidade que não seja nociva à democracia e aos recursos naturais? O próprio neoliberalismo apresenta um mecanismo que pode ser utilizado em sua própria superação – a construção de mecanismos de subjetivação:

> Isso mostra a que ponto devemos assimilar a nossa maneira a lição do neoliberalismo: o sujeito está sempre por construir. A questão se resume, então, em saber como articular a subjetivação à resistência ao poder. (DARDOT, LAVAL, 2017, p.399)

Neste ponto, novamente é essencial esclarecer que não há uma verdade absoluta quanto às possibilidades alternativas ao capitalismo neoliberal. Muito pelo contrário, não há consenso nem na academia e nem nos movimentos sociais sobre uma forma de revolução efetiva e ágil para com a superação do neoliberalismo. É consenso nos setores da chamada esquerda, entretanto, uma necessidade urgente de superação do capitalismo neoliberal para a preservação da democracia e dos recursos naturais. Portanto, é necessário produzir análises sobre as possibilidades alternativas, elencando erros e acertos, práticos e teóricos, para que a urgente questão das alternativas ao neoliberalismo avance, reduzindo os danos já causados e prevenindo os danos futuros que o neoliberalismo impõe.

Nos dois primeiros capítulos desta monografia, foram analisados diversos aspectos do objeto chamado neoliberalismo, desde a sua fundação intelectual até interpretações contemporâneas sobre este objeto, guiadas pelos arcabouços teóricos marxistas e foucaultianos. Ao sintetizar as interpretações críticas, identificam-se alguns consensos importantes, dentre eles, a capacidade de adaptação do neoliberalismo, a patente exploração indiscriminada dos recursos naturais - colocando em xeque a sustentabilidade da sociedade contemporânea, e os diversos processos que Brown (2019) chama de “desdemocratização”.

A partir daí, o terceiro capítulo desta monografia propõe apresentar algumas das propostas de alternativa à ordem neoliberal. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que não há um consenso na literatura sobre qual alternativa é a mais adequada, mas entende-se aqui que a discussão das alternativas é urgente já que, cada vez mais, o neoliberalismo avança e seus efeitos deletérios recrudescem.

Desta forma, partindo dos arcabouços teóricos explorados na monografia, selecionam-se duas linhas interpretativas: i) uma proposta de revisão d'O Manifesto do Partido Comunista (1848), na perspectiva marxista e ii) o princípio do comum, na perspectiva foucaultiana.

Ao abordar a primeira linha interpretativa utiliza-se a obra *Em Defesa do Socialismo - por ocasião dos 150 anos do Manifesto* (1998) de Fernando Haddad. Em 1998, o autor propôs

uma revisão d'O Manifesto e, nela, englobou diversas análises que não seriam possíveis ao tempo de Marx. A discussão, ainda que incipiente, traz uma revisão de alguns conceitos consagrados no materialismo histórico para que as mudanças na sociedade contemporânea estejam em análise, e diversas propostas socializantes – as quais o autor acreditava, em 1998, que poderiam revolucionar o modo de produção capitalista e por conseguinte, o neoliberalismo. A partir do ensaio de Haddad (1998), propõem-se novos eixos temáticos e pontos de revisão em sua obra que podem renovar a discussão de alternativas revolucionárias ao neoliberalismo.

A segunda linha interpretativa é a linha do pensamento do comum. O comum é um antigo conceito já presente no debate das ciências sociais que atualmente é mobilizado enquanto uma possível forma de alternativa à racionalidade neoliberal. A revolução então já estaria acontecendo e não seria por meio de grandes atos revolucionários, mas sim, por uma transformação na racionalidade dos sujeitos. Para expor esta segunda linha interpretativa, utiliza-se no presente texto, a interpretação de Dardot e Laval no livro *Comum – ensaio sobre a revolução no século XXI* (2017), que propõe o comum enquanto uma praxis de ação política capaz de construir uma racionalidade alternativa à racionalidade da concorrência generalizada, e a interpretação de Federici nos livros *O ponto zero da revolução - trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019) e *Reencantando o mundo – feminismo e a política dos comuns* (2020), que traz o comum enquanto uma prática ancestral que deve ser resgatada.

3.2. O Manifesto Comunista precisa ser constantemente revisitado

Para iniciar a discussão sobre formas alternativas ao capitalismo neoliberal, a obra selecionada é *Em Defesa do Socialismo - por ocasião dos 150 anos do Manifesto* de Fernando Haddad (1998). O livro homenageia o Manifesto do Partido Comunista (1848) e propõe o que poderia ser chamado de uma revisão aos elementos centrais desta obra, como a luta de classes[10] enquanto motor da história. o Assim, produz nessa obra uma análise sobre o capitalismo contemporâneo sob a égide de uma fase "superindustrial" e sua expressão política – o neoliberalismo.

Singer (1998, p. 10), no prefácio do *Em Defesa do Socialismo,* resume as questões centrais de Haddad sobre como *o novo capitalismo mudou a organização da produção e os processos de trabalho*. Além disso, o texto aborda questões como: a relação da estrutura de

[10] Haddad (1998, p. 19) define classes sociais como uma *relação de distribuição que são a expressão imediata das relações de produção.*

classes com as relações sociais de produção contemporâneas, a relação entre as classes e a possibilidade de identificação e de alianças entre as diferentes classes sociais em um horizonte de revolução social. A análise de Haddad trabalha sobre o conceito de "superindústria". Por Haddad:

> Ao esquema de Marx, que descreve as etapas de desenvolvimento da indústria capitalista, deve-se, portanto, acrescentar um estágio adicional. No primeiro estágio, a manufatura substitui a antiga organização feudal da indústria que, circunscrita a corporações fechadas, já não podia atender à demanda que crescia com a abertura de novos mercados. Com a ampliação desses, a própria manufatura tornou-se insuficiente para satisfazer as necessidades que cresciam ainda mais. A grande indústria superava a manufatura. Posteriormente, contudo, observa-se a emergência da superindústria capitalista, entendida como aquela que internaliza o processo de inovação tecnológica, que, finalmente, exponencia o desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação dos mercados numa escala nunca imaginada. (HADDAD, 1998, p.28)

Além disso, conceitua o neoliberalismo como uma expressão política dessa nova fase do capitalismo. (HADDAD, 1998, p.31)

O primeiro ponto a se analisar na fase superindustrial do capitalismo é a estrutura de classes que Haddad propõe. O autor pontua que as classes expressas n'O Manifesto - proletários, burgueses e latifundiários – permanecem até hoje nas estruturas da sociedade capitalista. Entretanto, aponta que com o passar do tempo e com as mudanças nas estruturas sociais, surgem novas classes que estariam em escalas de cinza entre as classes burguesa, proletária e latifundiária. Seriam elas: a classe dos cientistas, a dos gerentes e a dos desclassificados.

A classe dos cientistas surge no pós Segunda Guerra com a necessidade da indústria de internalizar o processo de pesquisa e desenvolvimento. Neste momento, o cientista deixa de ser um indivíduo isolado nas cátedras universitárias e passa a integrar uma parte essencial do processo produtivo, propondo avanços tecnológicos, aumento de produtividade em processos e desenvolvimento de novos produtos. Os cientistas não se encaixam perfeitamente em nenhuma das classes sociais expressas n'*O Manifesto* pois sua renda não é pura e exclusivamente proveniente do assalariamento, mas sim do seu conhecimento (Haddad faz uma analogia com os rendimentos da terra), suas funções não têm a capacidade de produzir valor e sua jornada de trabalho não tem início, meio e fim pois a ciência e as ideias ocorrem a qualquer momento e em qualquer lugar.

A classe dos gerentes é aquela dos trabalhadores que se dedicam à gestão empresarial, ou seja, à produção de mecanismos que ampliem a mais-valia relativa e absoluta, os ganhos do capital, a exploração do trabalho humano e seu ocultamento na forma mercadoria. Essa classe

recebe altíssimos salários, mas não é detentora de meios de produção; por outro lado, ela se dedica exclusivamente à acumulação do capital – ou seja, apesar de não ser proprietária, o seu lugar no processo produtivo é de burguesia.

A classe dos desclassificados surge como um resultado de diversas contradições do próprio sistema capitalista. Essa classe não vive de um salário, mas sim de quantias de dinheiro que lhe são pagas eventualmente (*e.g.:* mendicância, criminalidade e favorecidos pelo Estado). Essa classe não é nova, porém, era encaixada somente como uma parte da classe não proprietária, entretanto, tem uma representação importante na sociedade capitalista e nas relações de produção e por isso o autor a classifica como uma classe social.

Essa nova estrutura de classes demonstra que existem novos atores na sociedade capitalista, que são responsáveis por processos no cerne da produção de mercadorias na sociedade contemporânea. O próprio surgimento de novas classes representa uma alteração nas relações de produção, o que é essencial para a domesticação de contradições e a apropriação de identidades pela forma-mercadoria.

A grande contradição, que é o que, para o autor, impede um avanço revolucionário ou uma consciência de classe e uma domesticação das contradições internas é que, com o surgimento desses novos atores no sistema capitalista, surgem novas alianças entre as classes, o que confere ao sistema uma nova estabilidade, que não se antevia n'*O Manifesto* de Marx e Engels, quando se verificava uma polarização entre classes proprietárias ou não proprietárias:

> No nível cognitivo-instrumental, há uma coalizão de interesses entre a classe dominante[11] e as classes dos agentes inovadores, de um lado, e a classe dos trabalhadores e dos desclassificados, de outro. As duas primeiras se beneficiam imediatamente do avanço tecnológico nos moldes capitalistas (...). As outras duas categorias vêem nesse mesmo processo de inovação tecnológica, ou um estranhamento ou uma ameaça (...).
>
> No nível prático-moral, há uma comunhão de valores entre a classe dos agentes inovadores e dos trabalhadores assalariados, de um lado, e entre a classe dominantes e os desclassificados, de outro. No que se refere à liberdade, tanto os agentes inovadores quanto os trabalhadores estão subsumidos intelectual e fisicamente aos imperativos da acumulação de capital. (...) Ao contrário, tanto a classe dominante quanto a dos desclassificados gozam de uma certa liberdade. Estes últimos, por não terem nada, não têm nada a perder. (...) A classe dominante, num outro sentido, está igualmente livre desses problemas, mas por estarem todos solucionados. (...).
>
> No nível estético-expressivo, há uma empatia entre a classe dos agentes inovadores e os desclassificados, de um lado, e a classe dominante e a dos trabalhadores, de outro.

[11] Entendo que a classe dos gerentes, por trabalhar em prol do capital, esteja incluída na classe dominante que o autor cita nessa passagem.

> A positividade da atividade destes últimos praticamente os exclui desta dimensão. No caso dos agentes inovadores e dos desclassificados, sua posição está afetada de negatividade. (HADDAD, 1998, p.32-34)

A análise empreendida há 24 anos pelo autor possivelmente ganharia novos contornos se fosse realizada hoje, em especial no que tange a ótica de estranhamento ou a ameaça das inovações tecnológicas ao trabalhador. Ludmila Abílio (2021) aponta que, com a eclosão do trabalho uberizado possibilitado pela tecnologia utilizada pelos aplicativos, verifica-se uma cisão entre o ser humano e a tarefa que ele executa. Ou seja, não há um estranhamento com a inovação tecnológica pois esta engoliu uma massa de trabalhadores que antes poderiam encontrar-se na classe dos desclassificados. No entanto, esses trabalhadores são completamente precarizados, desamparados pelas regulações do Estado, sem vínculo algum com a empresa.

Além disso, há uma visão falaciosa de que o empreendedorismo toma morada nos aplicativos com a ideia de que a jornada de trabalho é flexível ou que o trabalhador fica com seus lucros. Na realidade, uma jornada de trabalho em aplicativos, que garanta a mínima condição de sobrevivência, vai muito além de uma jornada de trabalho razoável ou próxima da jornada regulamentada pelo Estado. Com isso, o trabalhador vive o seu trabalho o tempo todo com a tentativa da sobrevivência. Esse processo de fragilização da consciência de classe faz com que qualquer possibilidade de uma subversão à ordem capitalista ou de um questionamento de sistema se alinhe com interesses completamente distintos, o que culmina em uma apropriação da subversividade e de uma domesticação das diversas contradições internas produzidas pelo Capital. Sobre esse processo Haddad aponta:

> A tarefa, 150 anos atrás, parecia bem mais fácil. Pensava-se poder contar com o curso das coisas. Mas o curso das coisas só faz nos manter sob seu império. O processo [de avanço do capitalismo] chegou a tal ponto de tenebrosa sofisticação que envolveu o plano da cultura e do comportamento. A todo movimento social contestador de cunho particular corresponde ao surgimento de uma nova indústria. Toda demanda social de transformação cultural é satisfeita, não com o revolucionamento dos hábitos e costumes sociais, mas com a oferta abundante de mercadorias e a reificação das consciências. O caso mais eloquente dessa mecânica talvez seja o movimento de libertação sexual que, "vitorioso", ao invés de gerar uma sociedade genuinamente erótica, deu ensejo a um duplo movimento de erotização do consumo de bens e de objetivação das relações sexuais, dessublimação repressiva que desemboca na indústria pornográfica. E o que aconteceu com a sexualidade é o paradigma para entender o que se passa com o lazer, a espiritualidade, a ecologia a que correspondem a indústria do entretenimento, a indústria da salvação, a indústria do turismo. O tempo livre, a alma e, quem diria, uma prótese de primeira natureza, tudo é insumo precioso na busca do lucro. (HADDAD, 1998, p.16-17)

Em suma, o livro de Haddad (1998) analisa o processo de avanço do capitalismo em sua fase superindustrial e de intensificação de sua expressão política – o neoliberalismo – no qual

surgem novas classes de indivíduos que se relacionam de uma maneira inovadora com as relações de produção e são, portanto, classes sociais que fazem parte de uma história que é a história do capitalismo e tem como motor na luta de classes. O autor se dedica a explicar como essas classes se relacionam dentro do próprio sistema e entre si. O mecanismo de apropriação das identidades pela forma-mercadoria está relacionado, por sua vez, com o alinhamento de interesses de classes distintas e à chegada do capitalismo no plano do sujeito (na cultura e no seu comportamento). Esse mecanismo, além de corroborar para uma suposta conciliação entre as classes e uma expropriação das identidades, faz com que qualquer insurgência revolucionária seja rapidamente ressignificada e esteja envolta na forma mercadoria.

Haddad (1998, p.38) interpreta que as propostas socializantes aos moldes d'O Manifesto Comunista (1848), na sociedade corrente, seriam vistas como algo mesquinho que na verdade limita as liberdades individuais e as liberdades de mercado. Essa visão se dá por conta da característica já abordada da aparência da liberdade no neoliberalismo. Com isso, a mentalidade é de que uma proposta socializante de planificação estatal, por exemplo, seja interpretada pela sociedade como algo ruim e anti-libertário. Assim, para que houvesse propostas socializantes na sociedade contemporânea, seria necessário que a lógica do capital fosse alterada:

> A subversão da lógica do capital passa pelo mercado assim como a subversão da lógica da democracia burguesa passa pela representação política, numa articulação que não simplesmente faz de um o limite do outro por meio de contrapesos e compensações, mas numa articulação por meio da qual eles se interpenetram, subvertendo-se. As tarefas são as seguintes: no plano econômico, trata-se de reorientar a produção e a distribuição da renda no âmbito do mercado; no plano político, trata-se de democratizar a definição da pauta política e a informação a ela pertinente no âmbito da representação. (HADDAD, 1998, p.43)

Desta forma, Haddad (1998) vira-se para propostas socializantes mais reformistas do que as propostas n'O Manifesto Comunista (1848). Para o autor, as propostas socializantes para o mundo atual – em 1998 – seriam:

> A transição do atual capitalismo de sociedade por ações para uma espécie de capitalismo cooperativo exigiria: 1) estímulo à cooperativação dos não-proprietários, por meio da implantação de novas unidades produtivas sob esse regime, do estímulo técnico e financeiro para que os trabalhadores das empresas em crise assumam seu comando, da democratização da gestão dos fundos de pensão, públicos ou não, orientando seus recursos para o financiamento de projetos dessa natureza, de estímulos fiscais; 2) imposto progressivo sobre a propriedade e sobre a sua transmissão *intervivos* e *causa mortis*; 3) centralização progressiva nas mãos do Estado demmocrático do processo de intermediação financeira, garantindo-se, por meio do controle do crédito, recursos para a cooperativação dos não proprietários e condições de monitoramento do ciclo dos negócios para o qual as políticas keynesianas clássicas se mostram ineficazes. (HADDAD, 1998, p.45-46)

Cabe ressaltar que a proposta de revisão d'*O Manifesto* (1848) e as propostas socializantes foram forjadas em 1998. Desde então, passaram-se mais de vinte anos e com isso, ocorreram diversas mudanças nas mais distintas dimensões do neoliberalismo - como o surgimento de novas formas de trabalho, como o trabalho uberizado. Portanto, um novo ponto de discussão a ser explorado é se hoje, 24 anos após a publicação da obra, haja a necessidade de uma atualização de sua revisão das classes, assim como pensar se nestes 24 anos surgiram novas classes e como estas se relacionam na dinâmica do capital.

Neste sentido, é possível trazer uma breve discussão sobre uma forma de trabalho que não era intensa em 1998, mas que altera importantes estruturas do capitalismo contemporâneo – o trabalho uberizado. Esta nova forma de trabalho é somente uma das alterações na realidade social que ocorreram nestes 24 e forma novos argumentos para uma possível proposta de uma nova revisão d'O Manifesto. As diversas outras alterações não são mais, ou menos relevantes que esta. Entretanto, a escolha de uma breve introdução sobre o tema deve-se ao fato de que Haddad (1998) se debruça sobre o papel de novas classes sociais, suas relações com as inovações tecnológicas e também o papel da ciência no mercado. O trabalho uberizado pode ser entendido como:

> (...) a uberização do trabalho resulta de processos globais em curso há décadas e que envolvem transformações no controle, gerenciamento e organização do trabalho. Desse modo as plataformas são reconhecidas como um resultado, ao mesmo tempo que materializam um novo estágio desse processo. O elemento central catalisado pelas plataformas são as novas formas de dispersar o trabalho sem perder o controle sobre ele. (...) a dispersão/centralização agora se concretiza em uma multidão de trabalhadores subordinados a uma única empresa. Tal processo atualmente consolida o trabalhador como um autogerente-subordinado que já não é contratado, mas se engaja no trabalho via a adesão às plataformas. (ABILIO, 2019, p.2)

Cria-se aqui um novo grande problema – se há 24 anos, as organizações coletivas já eram criminalizadas e pouco aceitas pela sociedade por conta da falácia da liberdade, como se dá a organização coletiva quando i) o trabalhador não tem vínculo algum com a empresa e ii) não tem uma proximidade orgânica com seus pares?

Para a criação desta atmosfera, as empresas bebem da falácia das liberdades individuais contada pelos neoliberais. A narrativa vendida é de que o sujeito teria uma autonomia como forma de autogerenciamento de si, enquanto, na verdade, este gerenciamento está nas mãos das grandes empresas que se aproveitam desta narrativa para desenvolver seu funcionamento baseado em uma não regulamentação trabalhista e a um forte desamparo ao trabalhador:

> As empresas-aplicativo vêm se apresentando como mediadoras entre oferta e procura, negando a subordinação e vínculos empregatícios nessa intermediação. Parte de seu discurso se assenta em um retorno aos pilares do liberalismo: teríamos então agentes econômicos independentes que se encontram no mercado e exercem livremente suas potencialidades, o que levaria a um equilíbrio geral entre oferta e procura e à promoção do bem-estar geral. (ABILIO, 2019, p.2-3)

Ainda assim, a interpretação que prevalece, no fim das contas, é que a uberização é mais uma das formas nefastas do neoliberalismo de superexplorar a classe trabalhadora. O que se verifica, é que o trabalhador uberizado necessita estar disponível para a empresa por jornadas de trabalho que ultrapassam qualquer legislação para que consigam uma remuneração que garanta sua sobrevivência. Além disso, quem assume os riscos e os custos são os próprios trabalhadores. Esta relação é denominada por Abilio (2019, p.3) como um trabalhador *just-in-time* que mesmo que não esteja necessariamente efetuando uma corrida ou uma entrega, está 100% à disposição dos aplicativos durante a jornada de trabalho interminável.

A ideia do "empresário de si mesmo", muito presente nas análises foucaultianas do neoliberalismo, é essencial para refletir sobre o funcionamento do trabalho uberizado. Nas palavras de Abílio (2019):

> No contexto de flexibilização do trabalho, implementação de políticas neoliberais e aumento do desemprego, a definição de empreendedorismo vem adquirindo novos usos e significados políticos. Da figura do empresário - agente inovador schumpeteriano, que rompe com padrões da produção, sendo portador não só de criatividade, ousadia, ideias e disposição para assumir riscos, mas também de capital para tal ação (Schumpeter, 1985), o empreendedorismo assume na atualidade usos diversos que se referem de forma obscurecedora aos processos de informalização do trabalho e transferência de riscos para o trabalhador, o qual segue subordinado como trabalhador, mas passa a ser apresentado como empreendedor. Fundamentalmente, trata-se de um embaralhamento entre a figura do trabalhador e a do empresário. Essa indistinção opera de forma poderosa, por exemplo, no discurso da empresa Uber, que convoca o motorista a ser "seu próprio chefe". O empreendedorismo torna-se genericamente sinônimo de assumir riscos da própria atividade. Opera aí um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade. No que concerne à uberização, vê-se que tal discurso empreendedor é veículo para o obscurecimento das relações entre capital e trabalho, na medida em que trabalhadores aparecem como "chefes de si mesmos", ou seja, desaparece a relação de subordinação, aparece uma multidão de empreendedores de si próprios. (ABILIO, 2019, p.4)

Não cabe no escopo do presente trabalho aprofundar as discussões sobre o trabalho uberizado. Entretanto, destas breves reflexões já é possível explorar o argumento de que a análise empreendida há 24 anos pelo autor possivelmente ganharia novos contornos se fosse realizada hoje precisaria de uma revisão, que abarcasse esta nova forma de trabalho e esta nova relação de classe. Seria proveitoso o esforço de classificar esta classe de trabalhadores nas diversas subclasses que Haddad (1998) elenca ou, até mesmo, propor uma nova subclasse que

representasse esses trabalhadores e que possibilitasse refletir sobre sua dificuldade de organização coletiva e sobre as novas alianças que surgem nessa nova configuração.

3.3. O Comum

3.3.1. A interpretação de Dardot e Laval

O princípio do comum é a segunda linha interpretativa de propostas alternativas ao neoliberalismo, a qual, de acordo com Dardot e Laval (2017), pode inserir uma nova racionalidade na sociedade – a racionalidade do comum – e inaugurar esta nova forma de sociabilidade. A obra de Dardot e Laval trata não somente de possibilidades alternativas à razão neoliberal, mas também realiza uma "arqueologia" do conceito do comum. Assim, tece ideias e discussões sobre ações práticas que coloquem em xeque a razão neoliberal. A obra de Federici (2019 e 2022), por sua vez, aborda a questão dos comuns e do trabalho reprodutivo, também uma contribuição essencial a ser levada em consideração no debate.

As obras de Dardot e Laval (2017) e de Federici (2019 e 2022), elencam diversos exemplos do exercício do princípio do comum na sociedade contemporânea: jardins urbanos nos EUA, os movimentos de códigos abertos de *softwares* e os comuns relativos à pesca no Maine.

O comum é um princípio, e nas últimas duas décadas esse princípio norteou a ação dos movimentos sociais no que tange à resistência ao neoliberalismo. O comum não é um resgate do comunismo do século passado, é o surgimento de uma nova ação revolucionária para contestar não só o capitalismo, mas colocar em xeque a racionalidade neoliberal que seria o fator crucial a ser superado para o alcance de uma sociedade socialmente justa e sustentável:

> A reinvenção do *comum* foi trazida à luz primeiro pelas lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado empresarial. Termo central da alternativa ao neoliberalismo, o "comum" tornou-se princípio efetivo dos combates e movimentos que há duas décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem a formas originais de ação e discurso. Longe de ser pura invenção conceitual, é a fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se à tendência dominante de nossa época: a da ampliação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Nesse sentido, o termo "comum" designa não o *ressurgimento* de uma Ideia comunista eterna, mas o *surgimento* de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação. É também uma maneira de dar as costas ao comunismo de Estado definitivamente. (DARDOT; LAVAL; 2017, p.16-17)

O comum, por sua vez, é um princípio político que só pode ser realizado por meio da práxis. Ou seja, somente *praticando* o comum essa nova racionalidade se ampliaria e conduziria a uma grande mudança na racionalidade coletiva – transformando-a na racionalidade do comum

que radicaliza a democracia e abandona de uma vez por todas a concorrência generalizada. Sobre a práxis do comum, Dardot e Laval pontuam:

> Contra essas formas de essencializar o comum, contra toda crítica ao comum que o reduza à qualidade de um juízo ou de um tipo de homem, é preciso afirmar que *somente* a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que *somente* essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexista a essa atividade na qualidade de titular de direitos. Se existe "universalidade", só pode tratar-se de uma universalidade *prática*, ou seja, a de todos os indivíduos que, em dado momento e em dadas condições, se encontram engajados numa tarefa. O comum pode ser repensado apenas se romper com o confronto metafísico entre sujeito livre e coisa material oferecida ao domínio soberano desse sujeito. (...) O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É, por isso mesmo,o princípio político que define um novo regime de lutas em escala mundial. (DARDOT; LAVAL; 2017, p.53-54)

Uma característica do neoliberalismo que já foi amplamente discutida é a adaptação proveniente dos mecanismos de subjetivação. Tais mecanismos têm uma capacidade gigantesca de reverter qualquer subversividade à razão neoliberal. Ora, sabendo-se que o um novo "sujeito coletivo" somente pode ser construído por meio da prática do comum, se torna uma questão central quais mecanismos seriam capazes de instaurar essa nova práxis. O princípio do comum se norteia por uma práxis política, marcada pela radicalização da democracia por meio de uma ampla participação popular e pela libertação da dominação do Estado e do mercado por meio de ações de contraconduta:

> A questão não é como impor ao capital um retorno ao compromisso anterior ao neoliberalismo, mas como sair da racionalidade neoliberal.
>
> Sabemos, porém, que é mais fácil fugir de uma prisão do que sair de uma racionalidade, porque isso significa livrar-se de um sistema de normas instaurado por meio de todo um trabalho de interiorização. Isso vale em particular para a racionalidade neoliberal, na medida em que esta tende a trancar o sujeito na pequena "jaula de aço" que ele próprio construiu para si. Assim, a questão é, primeiro e acima de tudo, como preparar o caminho para essa saída, isto é, como resistir aqui e agora à racionalidade dominante. O único caminho praticável é promover desde já formas de subjetivação alternativas ao modelo da empresa de si. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.396)

O desafio então é encontrar mecanismos de ação social incisivos e contundentes nas principais amarras que mantém a racionalidade neoliberal: o conjunto de normas e dispositivos de segurança que asseguram a instauração da concorrência generalizada como princípio de governo de si e dos outros, e a propriedade privada. É necessário que a subversão seja suficiente para revolucionar o conjunto de normas, condutas e discursos que produzem a racionalidade neoliberal e a transformem em uma nova racionalidade, a *racionalidade do comum*:

> O governo dos homens pode alinhar-se a outros horizontes, além daqueles da maximização do desempenho, da produção ilimitada, do controle generalizado. Ele

> pode sustentar-se num governo de si mesmo que leva a outras relações com os outros, além daquelas da concorrência entre "atores autoempreendedores". As práticas de "comunização" do saber, de assistência mútua, de trabalho cooperativo podem indicar os traços de outra razão do mundo. Não saberíamos designar melhor essa razão alternativa senão pela razão do comum. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.402)

Portanto, a proposta de Dardot e Laval (2016 e 2017) é atacar diretamente os mecanismos de subjetivação que garantem a característica tão nefasta da adaptação. Este desafio não é uma discussão curta baseada em conceitos, mas sim uma discussão que necessita ser ampliada e não levar em consideração somente os argumentos acadêmicos, mas também a sociedade civil, uma vez que, sem a práxis, não há comum. Desta forma, o ataque aos mecanismos de subjetivação do neoliberalismo parece uma tarefa demasiadamente difícil e que deve partir da prática e da experimentação. Portanto, o exercício da ampliação da discussão necessita que essas experimentações e casos de sucesso de realização do princípio do comum sejam cada vez mais documentadas e levadas para a academia, para as organizações políticas, para os agentes progressistas do Estado e principalmente para a sociedade civil.

Dardot e Laval (2017) também trazem um ensaio sobre proposições políticas do comum. Nesta parte da obra, os autores se dedicam a explorar pontos de ataque à racionalidade neoliberal e a ampliação do princípio do comum. As nove proposições políticas são: i) *É preciso construir uma política do comum;* ii) *É preciso contrapor o direito de uso à propriedade*; iii) *O comum é o princípio da emancipação do trabalho;* iv) *É preciso instituir a empresa comum;* v) *A associação da economia deve preparar a sociedade comum;* vi) *O comum deve fundar a democracia social;* vii) *Os serviços públicos devem ser instituições do comum;* viii) *É preciso instituir os comuns mundiais;* e ix) *É preciso instituir uma federação dos comuns.* (DARDOT; LAVAL; 2017)

Dentre estas nove proposições políticas, para a interpretação desta monografia sobre o neoliberalismo e sobre o comum, selecionamos dois destes princípios para dar um destaque maior. Estes dois princípios, ao analisar a obra, nesta interpretação, se sobressaíram, pois, abordam duas questões essenciais que, durante o desenvolvimento da monografia, já foram identificadas como importantes gargalos e pontos de extrema exploração do capitalismo neoliberal – o trabalho e a democracia:

1. *Proposição política 3: O comum é o princípio da emancipação do trabalho:* esta proposição elenca a necessidade da emancipação das hierarquias do trabalho presentes no neoliberalismo. O trabalho deve então ser uma co-atividade e não uma competição e/ou hierarquia.

2. *Proposição política 6: o comum deve fundar a democracia social:* esta proposição sugere que a tomada de decisões deve ser guiada por uma democracia social, ou seja, uma radicalização do espaço democrático e uma tomada de decisões de fato igualitária.

Ao se ampliar o comum dentro destas duas proposições, é possível elencar o comum enquanto uma um caminho para o enfrentamento de dois problemas que foram discutidos ao longo desta monografia. Em primeiro lugar, as relações de trabalho, com a intensificação do neoliberalismo, se modificam, alterando as correlações de forças presentes nas relações sociais e empresariais. Um exemplo desta tendência é o trabalho uberizado. Em segundo lugar, a questão da democracia, que foi um dos pontos de síntese entre o arcabouço teórico marxista e foucaultiano, já que, com o avanço do neoliberalismo, a democracia vem se tornando secundária ou até mesmo problemática para o avanço neoliberal. Portanto, pensar em modificar os mecanismos de subjetivação que levam ao trabalho subordinado e baseado na concorrência e no empreendedorismo e os mecanismos de subjetivação que regem o estranhamento com as pautas democráticas parecem ser um ótimo caminho para uma mudança global na razão neoliberal.

3.3.2. A interpretação de Silvia Federici

Federici (2019 e 2022) é outra autora que se dedicou em analisar o comum, entretanto, diferente de Dardot e Laval que bebem do arcabouço teórico foucaultiano, Federici constrói sua análise através do materialismo histórico-dialético. Ainda que a autora tenha uma postura crítica ao marxismo, seu arcabouço teórico é o marxista. N'*O Ponto Zero da Revolução,* Federici (2019) reúne uma série de ensaios sobre o trabalho doméstico, a reprodução e a luta feminista.

A questão da reprodução tem sido um fio condutor dos escritos políticos da autora e se trata do *complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente.* (FEDERICI, 2019, p.20). A nossa discussão acerca da contribuição da autora sobre o tema do comum se inicia pela obra *Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), especialmente na terceira parte deste livro, a qual é dedicada inteiramente a ensaios sobre o comum e a apropriação tanto deste princípio quanto da luta feminista por diversas instituições (como por exemplo, numa perspectiva bastante crítica, a ONU e Banco Mundial). Para Federici (2019), a relevância da perspectiva

feminista sobre o comum se dá com o surgimento do próprio capitalismo no qual as mulheres exerciam e lutavam por tal princípio:

> (...) uma perspectiva feminista sobre os comuns é importante. Começa com a constatação de que como sujeitos primários do trabalho reprodutivo, historicamente – e também em nosso tempo –, as mulheres sempre dependeram mais do que os homens do acesso aos recursos comuns e foram as mais comprometidas em sua defesa. (...) [as mulheres] eram as defensoras mais ferrenhas das culturas comunais que a colonização europeia tentava destruir. (FEDERICI, 2019, p.313)

Federici (2019) corrobora dois argumentos apresentados anteriormente: o da falência do modelo revolucionário idealizado pós-revolução francesa e a do comum como uma alternativa ao "modelo capitalista neoliberal":

> (...) houve uma derrocada do modelo estatista de revolução, que por décadas solapou os esforços dos movimentos radicais para construir uma alternativa ao capitalismo. De outro, a tentativa neoliberal de subordinar toda forma de vida e conhecimento à lógica do mercado aumentou nossa consciência do perigo de viver em um mundo onde já não temos acesso a mares, árvores, animais e seres como nós, a não ser pela lógica do dinheiro. (...) Nesse contexto, o conceito dos comuns ofereceu uma alternativa lógica e histórica ao Estado e à propriedade privada, bem como ao Estado e ao mercado, permitindo rejeitar a ficção de que eles são mutuamente excludentes e esgotam nossas possibilidades políticas. Essa ideia também serviu a uma função ideológica, como um conceito unificador que prefigura a sociedade cooperativa que a esquerda radical está lutando para criar. (FEDERICI, 2019, p.304-305)

Federici (2019, p. 306) ainda argumenta que a linguagem dos comuns foi apropriada pelas instituições – nominalmente: Banco Mundial e ONU. Este argumento é crucial para o debate sobre o comum uma vez que discute a possibilidade de, na verdade, o discurso do comum acabe por favorecer a classe capitalista – ou, pelo menos, que a apropriação desta linguagem por instituições essencialmente burguesas possa ir na contramão da real luta pela ampliação do princípio do comum assim como da luta feminista.

Recentemente, em 2022, Federici lançou uma obra somente dedicada à discussão do comum – *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Em primeiro lugar, Federici (2022) dá uma grande ênfase às instituições ao interpretar os "programas de ajustes estruturais" como uma nova forma de acumulação primitiva:

> (...) a partir do final da década de 1970, abriu um novo processo de acumulação "primitiva"[12] (originária). O objetivo destes textos [artigos selecionados na primeira

[12] Cabe rapidamente relembrar que "acumulação primitiva" é um conceito que Marx cunha no capítulo XXIV d'O Capital (1867). Para Marx, a acumulação primitiva é originária da separação do trabalhador e da terra, iniciada no século XV, com a expropriação das terras comunais na Inglaterra. *"O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu*

> parte do livro] é mostrar: a continuidade entre os "programas de ajustes estruturais" do Banco Mundial e do FMI, impostos à maior parte do antigo mundo colonial em meados da década de 1980; (...) A esses desenvolvimentos estruturais, dei o nome de "novos cercamentos", pois seus efeitos foram tão devastadores quanto os da colonização e expulsão dos camponeses das terras comunais - processo que, como sabemos, estabelecem condições para o avanço capitalista na Europa do século XVI e no chamado Novo Mundo. (FEDERICI, 2022, p.44)

A autora também elenca os motivos para o lançamento de um livro sobre o comum em meio aos extremismos que o mundo vem presenciando na última década. Para ela, o comum é uma forma política não efêmera que se constitui como uma forma de resistência aos novos "cercamentos" empreendidos pelo capital e como meio de construção de uma nova realidade social:

> Meu principal objetivo (...) é identificar os desenvolvimentos sociais correspondentes ao novo interesse nos comuns e às novas formas de resistência organizadas em todo o mundo, em áreas rurais e urbanas. Ao destacar o caráter estrutural/sistêmico dos novos cercamentos e sua continuidade em relação a tendências passadas do desenvolvimento capitalista, também pretendo demonstrar que o crescente interesse pelos comuns não é uma moda política passageira. Mesmo para muitos de nós, que crescemos em um mundo no qual a maior parte da riqueza necessária para nosso sustento vem sendo cercada, o princípio dos comuns hoje aparece como garantia de sobrevivência econômica, agência e solidariedade social - em suma, essa harmonia com nós mesmos, com outros e com o mundo natural, que, no sul do continente americano, é expresso pelo conceito do Bem Viver. (FEDERICI, 2022, p.45)

Portanto, fica evidente que para a autora, o comum também se trata de um princípio acima de tudo político, entretanto, diferente da interpretação de Dardot e Laval, este princípio pode atacar as grandes instituições que promovem os novos cercamentos ao invés de atacar diretamente os mecanismos de subjetivação. Esta diferença crucial se dá por conta do arcabouço teórico da autora – marxista – que enfatiza as relações materiais frente à formação do sujeito e da individualidade.

Além de uma perspectiva marxista do comum, a autora também adiciona a esta análise as relações de gênero presentes tanto na superexploração do neoliberalismo - em que as mulheres que desempenham o trabalho reprodutivo não remunerado são mais fortemente afetadas:

---

trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde." (MARX, 2013, p.786) Federici (2017) no livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* discute uma crítica à acumulação primitiva de Marx, adicionando o papel do gênero no processo de acumulação primitiva. A autora, em linhas gerais, descreve que com os cercamentos, as mulheres foram reclusas ao trabalho reprodutivo, sendo contempladas pela mesma miséria dos outros trabalhadores, porém desprovidas do assalariamento.

> No cerne da revolução feminista, houve o reconhecimento de que não podemos olhar a vida em sociedade do ponto de vista de um sujeito social abstrato, universal e assexual, porque as hierarquias raciais e sexuais que caracterizam a divisão social do trabalho no capitalismo, especialmente a separação entre assalariados e não assalariados, produz não apenas relações desiguais de poder mas também experiências e perspectivas qualitativamente diferentes sobre o mundo. Além disso, embora todas essas experiências estejam sujeitas à construção social, é de particular importância que, na sociedade capitalista, a reprodução da vida cotidiana tenha sido associada à reprodução da força de trabalho estruturada como função não remunerada, "trabalho de mulher". (FEDERICI, 2022, p.255-256)

Por fim, a autora nos faz uma advertência: o comum tem acima de tudo um caráter experimental, não há como teorizar o comum, o comum necessita acima de tudo ser vivenciado. Neste ponto, de maneira brilhante, a autora opta por elencar algumas características observadas na construção do comum e que devem ser ampliadas. E que, em *Reencantando o Mundo* (2022) Federici reúne uma série de ensaios escritos ao longo dos últimos anos, e reedita esses trabalhos incorporando neles a discussão sobre o comum.

O que se pode tirar disto é que assim como a definição de neoliberalismo, assim como as propostas socializantes n'O Manifesto Comunista (1848), o comum precisa ser constantemente experimentado e revisitado. Por fim, a autora aponta a seguinte definição para o comum:

> A noção de comuns é hoje um objeto de muito debate e experimentação. Há uma série de questões ainda não solucionadas, mas está claro que a partilha do comum será uma prática crescente, já que nem o Estado nem o mercado são capazes de garantir nossa reprodução. O desafio que enfrentamos nesse contexto não é o de multiplicar as iniciativas de produção de comuns, e sim de como instaurar, no centro de nossas organizações, a reapropriação coletiva da riqueza que já produzimos e a abolição das hierarquias e desigualdades sociais. Apenas ao respondermos a esses imperativos seremos capazes de reconstruir comunidades e garantir que os comuns não sejam criados à custa do bem-estar de outras pessoas e não se apoie sobre novas formas de colonização. (FEDERICI, 2022, p.169)

Em suma, a política dos comuns passa a ser necessária no mundo atual e é vista como uma importante forma de organização alternativa ao neoliberalismo e, no limite, ao próprio capitalismo. Entretanto, a discussão sobre o comum precisa ser cada vez mais ampliada, levando em consideração especialmente as experiências práticas do comum. É somente através destas experimentações que proposições revolucionárias do comum vão paulatinamente tomar forma e representar na sociedade uma alternativa à configuração social atualmente dominante.

CONCLUSÕES

No desenvolvimento desta monografia, buscou-se apresentar a formação teórica do neoliberalismo enquanto uma corrente ideológica, apresentar as principais interpretações contemporâneas sobre este objeto e discutir sob a ótica de arcabouços teóricos marxistas e foucaultianos propostas de alternativa ao capitalismo neoliberal.

A primeira conclusão a que se chega, a partir da literatura mobilizada neste trabalho, é que muitos dos mecanismos presentes no neoliberalismo que garantem sua capacidade de adaptação, de superexploração dos recursos humanos e naturais e a sua perpetuação não são "espontâneos", como muitos de seus defensores argumentam. São mecanismos que foram discutidos e arquitetados, inicialmente no Colóquio de Walter Lippmann em 1938, para realizar o objetivo final de produzir uma nova sociedade que fosse baseada na concorrência generalizada.

Partindo para as interpretações contemporâneas do neoliberalismo – arcabouços teóricos marxista e foucaultiano – fica evidente que ambos os conjuntos de autores se debruçam sobre um mesmo objeto, e, com isso, pontuam algumas características e fundamentos do neoliberalismo em comum. entretanto, ao interpretar tais fatos, partem de pressupostos distintos. O principal distanciamento interpretativo é que, no arcabouço teórico marxista, há um foco maior nas forças sociais e econômicas em jogo e nas instituições, construídas pela classe dominante, que suportam o neoliberalismo enquanto, no arcabouço teórico foucaultiano, há um foco maior na formação do sujeito neoliberal a partir dos mecanismos de subjetivação. Ambas as análises são extremamente valiosas e podem se complementar uma vez que tanto as instituições neoliberais quanto os sujeitos que as constroem são fruto da mesma política, racionalidade ou mecanismo – o neoliberalismo.

Essas características e fundamentos do neoliberalismo que estão presentes em ambos os arcabouços teóricos são:

i) *A controvérsia acerca das liberdades individuais:* o neoliberalismo se reveste da narrativa da promoção e da defesa das liberdades individuais quando na verdade, o que se realiza é o contrário;
ii) *A liberdade de mercado:* novamente, há um discurso da defesa das liberdades de mercado, entretanto, para que isso ocorra, há a necessidade de uma regulamentação do Estado para mitigar as imperfeições de mercado;

iii) *A relação entre o Estado e o mercado:* para que o neoliberalismo prospere, o Estado tem uma função essencial que é garantir as estruturas necessárias para o funcionamento da ordem neoliberal. Entretanto, assim como os dois primeiros pontos, a narrativa defendida vai na contramão da realidade já que o "Estado mínimo" é fortemente defendido pelos neoliberais;

iv) *O esgotamento dos recursos humanos e naturais:* com o avanço do neoliberalismo, os recursos humanos e naturais são superexplorados e com isso estão paulatinamente se esgotando. Portanto, há uma necessidade urgente de se discutir alternativas ao neoliberalismo que componham uma sociedade menos nociva à natureza e menos nefasta ao trabalhador.

v) *A ameaça à democracia:* a democracia passa a ser uns simples assessórios aos neoliberais. Os mecanismos de subjetivação acabam por esvaziar o espaço da ação coletiva e, portanto, da própria democracia;

vi) *A questão da adaptação:* essa é a característica mais nefasta do neoliberalismo que é o poder de absorver movimentos subversivos e revertê-los na ordem neoliberal. Com isso, a ação revolucionária e/ou coletiva passa a ser cada vez mais limitada.

Ao observar todas essas características, em especial a última, fica evidente que o neoliberalismo é um objeto dinâmico que está em constante transformação. Desta forma, as interpretações sobre o neoliberalismo devem também ser dinâmicas e devem ser constantemente revisitadas.

Frente a este cenário, a discussão sobre formas alternativas ao neoliberalismo passa a ser essenciais. Neste sentido, discutir uma nova revisão d'O Manifesto Comunista (1848) é um caminho interessante uma vez que a partir do exame das relações e das correlações de força entre as classes sociais, reflete sobre as limitações da ação revolucionária e elenca propostas socializantes que i) sejam efetivas na redução das desigualdades sociais e da exploração da natureza e ii) sejam socialmente aceitas pela população. Uma outra forma de alternativa é o princípio do comum, que vem norteando vários movimentos sociais e busca radicalizar a democracia, fazendo com que haja uma intensa mudança no modo de pensar e de agir e assim, transformando a racionalidade dos sujeitos.

Por fim, ao olhar para as análises da realidade social do século XXI, para as características do neoliberalismo que se sobressaem e as propostas de alternativas ao neoliberalismo que cada conjunto de autores representa, é possível elencar três pontos de

discussão que devem estar presentes nas propostas de alternativa ao neoliberalismo. A seleção destes pontos busca trazer a complementaridade dos arcabouços teóricos marxistas e foucaultianos, considerando dinamismo necessário para acompanhar as mutações do neoliberalismo:

i) *O constante ataque aos mecanismos de subjetivação:* os mecanismos de subjetivação são responsáveis pela formação do sujeito no neoliberalismo baseado na concorrência generalizada e no empreendedorismo de si. Desta forma, identificar e atacar esses mecanismos com ações na práxis é um ponto essencial para avançar na destruição do neoliberalismo. Esse ataque deve ser feito por meio da prática e de discursos que contrariem a ordem da concorrência;

ii) *O fortalecimento das organizações coletivas:* o neoliberalismo, através dos mecanismos que garantem a adaptação do modo de produção, coíbem e restringem as organizações coletivas. Portanto, uma das formas de se promover mudanças é através da prática da ação coletiva. Isso se dá principalmente através da paulatina construção de redes que suportem essa nova forma de vida.

iii) *A ampliação da discussão sobre o princípio do comum:* o comum está presente na sociedade em sua práxis, entretanto, sua teoria ainda está muito restrita ao setor acadêmico e a alguns setores dos movimentos sociais. O comum só pode se tornar uma alternativa viável se ele for intensamente ampliado. Essa expansão não pode ser somente na prática, precisa também ser no discurso, na educação e na formação coletiva;

iv) *A luta pelo fortalecimento da consciência de classe:* é necessário que a consciência de classe dos trabalhadores e demais classes massacradas pela ordem capitalista seja fortalecida. Para tanto, é fundamental que instituições que mobilizam esta consciência e que também canalizam a luta dessas classes adquiram mais poder através da organização coletiva.

Se, como dizia Marx, "a história ainda está por fazer", é urgente a necessidade de combater o neoliberalismo para garantir às próximas gerações um planeta habitável e um mundo mais socialmente justo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: **Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado.** Psicoperspectivas, Valparaíso , v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019.

_____. O Trabalhador inserido na uberização está longe de achar que a moto dele é uma empresa. Revista IHU, 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615125-o-trabalhador-inserido-na-uberizacao-esta-longe-de-achar-que-a-moto-dele-e-uma-microempresa-entrevista-especial-com-ludmila-costhek-abilio>

ANDRADE, Daniel Pereira; OTA, Nilton. **Uma alternativa ao neoliberalismo – Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval** Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, Vol.27, nº1, 2015.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BROWN, Wendy. **In The Ruins of Neoliberalism - The Rise of Antidemocratic Politics in the West.** New York, Columbia University Press, 2019

_____. **Nas Ruínas do Neoliberalismo – A ascenção da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo: editora politéia, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

_____. **Comum – Ensaio Sobre a Revolução no Século XXI.** São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

_____. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doésticom, repérodução e ãluta feminista.**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o Mundo: feminismo e a política do comum**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Seuil/Gallimard, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2019.

HADDAD, Fernando. **Em defesa do socialismo por ocasião dos 150 anos do Manifesto.** Editora Vozes, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-2848)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2018.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal.** Editora Elefante, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **La vie quotidienne dans le monde moderne**. Paris, Gallimard, 1968.

LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo e o Protagonismo das Lutas de Massa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **O Colóquio Walter Lippman e a gênese do neoliberalismo: apontamentos**. Texto para discussão. Unicamp. IE, Campinas, n.415, 2021.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política (Volume I).** São Paulo: Editora Boitempo, 2018.